



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 132

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Dobrandino da Silva</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Cida Borghetti</i>
<i>PT</i> .....	<i>Tadeu Veneri</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Waldir Leite</i>
<i>Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR</i> .....	<i>Jocelito Canto</i>
<i>Bloco Parlamentar PP/PSB</i> .....	<i>Cida Borghetti</i>

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 132****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagem .....	03
Ofícios .....	04
Questões de Ordem .....	04
Requerimentos .....	07
Projetos de Lei .....	16
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	20
Dep. Ângelo Vanhoni .....	20
Dep. José Maria Ferreira .....	21
Dep. Tadeu Veneri .....	23
Dep. Elio Rusch .....	24
Dep. José Domingos Scarpellini ....	27
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Antonio Anibelli .....	30
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PMDB:	
Dep. José Maria Ferreira .....	23
Liderança do PFL:	
Dep. Elio Rusch .....	26
Liderança do PP/PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini	28
Liderança do PT:	
Dep. Ângelo Vanhoni .....	35
Lider. do Bl. Parl. PTB/PL/PMR:	
Dep. Jocelito Canto .....	37
Liderança do PPS:	
Dep. Marcos Isfer .....	38
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	39
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni .....	40
Liderança do Governo:	
Dep. Antonio Anibelli .....	43
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	43
Discussão / Votação:	

3ª Discussão .....	44
2ª Discussão .....	44
1ª Discussão .....	46
Discussão Única (Proposições) ..	48
Requerimentos .....	51

**Encerramento da Sessão Ordinária .....51****Publicações:**

## Diretoria Geral:

Portarias .....	51
-----------------	----

## Atas de Comissão

Tomada de Contas .....	52
------------------------	----

**Errata:**

Ato da Com. Exec. nº 475/2005 .....	53
-------------------------------------	----

**125ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE NOVEMBRO DE 2005**

(segunda-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Marcos Isfer.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior,

Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademir Bier, Duílio Genari, Durval Amaral e Luiz Carlos Martins (04); e em viagem representativa o Sr. Deputados Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

## **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## **Expediente:**

## **Mensagem**

MENSAGEM Nº 065/2005

Curitiba, 23 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14.260/2003) e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto, referente a 2006.

O plano de lei ora proposto, consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais me foram apresentados pelo titular daquela Pasta, por intermédio do Ofício nº 367/2005/Sefa (Prot. nº 8.742.968-7) contendo a justificativa adiante transcrita, expressa artigo por artigo, onde estão demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

*Art. 1º*

*A presente alteração visa permitir o licenciamento de veículos de contribuinte que possua débitos de IPVA anteriores ao exercício corrente caso haja formalização de parcelamento dos débitos do Imposto;*

*Art. 2º.*

*Art. 11-A. Inclusão normativa que objetiva tornar mais célere e econômico o processo de inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme determina a Constituição Federal pelos princípios da economia e celeridade processual.*

*Art. 11-B. Inclusão normativa solicitada pela Procuradoria Geral do Estado e visa priorizar suas ações*

*quanto ao ajuizamento das dívidas ativas vinculadas aos débitos do imposto.*

*Art. 3º*

*Altera dispositivo que trata de processo de inscrição em dívida ativa, que por sua vez, vincula-se ao artigo 11-B, ora incluído.*

*Art. 4º*

*Inciso IV do artigo 14. Visa abranger a isenção para veículos tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por permissão pública;*

*Inciso V do artigo 14. Alteração que determina que, além dos veículos de propriedade, também os veículos cujas posses decorram de contrato de arrendamento mercantil de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, são isentos do pagamento do IPVA.*

*Inciso XI do artigo 14. Estabelece isenção para veículos cujas espécies sejam classificadas como motocicletas cujos motores não excedam a 125 cilindradas e que possuam mais de 10 anos de fabricação.*

*Impacto financeiro previsto: em torno de R\$ 3,1 milhões.*

*Quantidade de veículos: em torno de 60,3 milhões.*

*Art. 5º*

*Altera o caput do artigo 16 que trata das notificações para inscrição em Dívida Ativa do IPVA.*

*Art. 6º*

*Altera a alínea "b" do inciso XI do artigo 17, pois vinculado ao artigo 11-B que trata das ações quanto ao ajuizamento das dívidas ativas do IPVA.*

*Art. 7º*

*Altera dispositivo que anualmente prevê a aprovação da tabela de valores venais para cálculo do IPVA, cabendo lembrar que mencionada tabela:*

*- já possui credibilidade perante os contribuintes paranaenses, posto que é adotada desde 2004 sendo elaborada totalmente pela FIPE-SP (entidade especializada, isenta e imparcial relativamente à área tributária/fiscal) e aceita em âmbito nacional inclusive para fins de pagamento de seguros de veículos;*

*- reflete simplesmente os valores médios de mercado paranaense pesquisado pela FIPE-SP, posto que a SEFA/PR não se envolve com os valores ali lançados.*

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º, do artigo 7º, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º ...

§ 2º O Detran/PR não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, sem a quitação integral do imposto devido nos exercícios anteriores e do exercício corrente, ressalvada a possibilidade de concessão ao licenciamento caso haja a formalização de parcelamento dos débitos do IPVA dos exercícios anteriores ao corrente.

Art. 2º Ficam acrescentados os artigo 11-A e 11-B à Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, com a seguintes redações:

11-A. Os débitos do IPVA, de exercícios anteriores ao corrente, serão automaticamente inscritos em dívida ativa caso não sejam quitados até o último dia útil deste mesmo exercício.

11-B. Ficam suspensas, com vistas a ajuizamento, as expedições de certidão de Dívida Ativa dos débitos do IPVA, cujos montantes atualizados e devidos pelo contribuinte não excedam a 5 UPF/PR, observado o prazo prescricional.

Art. 3º Fica alterado o parágrafo 5º do artigo 12, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 12 ...

§ 5º Rescindido o parcelamento, o saldo do crédito tributário será inscrito em dívida ativa ou substituída a certidão para início ou prosseguimento da cobrança executiva, observado o contido no artigo 11-B.

Art. 4º Ficam alterados os incisos IV e V do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, acrescentando-se-lhe o inciso XI, com a seguinte redação:

Art. 14 ...

IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por concessão ou permissão pública;

V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas;

XI - classificados quanto à espécie como motocicletas cujos motores não excedam a 125 cilindradas e que possuam mais de 10 anos de fabricação.

Art. 5º Fica alterado o *caput* do artigo 16, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 16. O lançamento de ofício do imposto, pela Coordenação da Receita do Estado, será efetuado, mediante a emissão de notificação fiscal, subsidiariamente ao previsto no artigo 11-A, ou auto de infração.

Art. 6º Fica alterada a alínea “b” do inciso XI do artigo 17, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 17 ...

XI - ...

b) o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista na alínea “a” deste inciso, observando o contido no artigo 11-B.

Art. 7º Fica alterado o artigo 22, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2006, que constitui o Anexo Único desta lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofício

OFÍCIO Nº 367/2005-GAB

Curitiba, 09 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa. que realizarei viagem no período de 23 a 30 de novembro de 2005, sendo para Assunção (Paraguay) no período de 23 a 25 de novembro de 2005 para participar do evento: “*Reunión - Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal*” e “*Asociación Rural Del Paraguay*” para tratar de “Ações conjuntas entre o Paraná/Brasil/Paraguay no combate à Febre Aftosa”. E para participar das reuniões junto ao Escritório da FAO/ONU - Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, na “Oficina Regional para America Central y el Caribe” com o objetivo de discutir e avaliar as parcerias realizadas entre PR/FAO em projetos de Desenvolvimento Rural - em especial o Projeto do Território do Cantuquiriguaçu, a serem realizadas em Santiago do Chile, no período de 28 a 30 de novembro de 2005.

Aproveito a oportunidade para externar votos de consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI

Vice-Governador do Estado do Paraná

Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento

## Questões de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, vem submeter a V. Exa. Questão de Ordem relativa à aplicação do disposto nos artigos 90, II, parágrafo 1º e 93, parágrafo 1º do Regimento Interno, no que respeita à utilização do Grande Expediente pelos Deputados deste Parlamento e seus respectivos convidados.

A aplicação dos dispositivos regimentais mencionados com base em uma simplória interpretação literal leva a admitir que um único Parlamentar, partidário da “Lei de Gerson”, em detrimento de todos os demais representantes do povo paranaense nesta Casa, use a tribuna por trinta minutos, em todas as Sessões Ordinárias do ano legislativo, diretamente ou através de convidados que lhe convenham, usurpando o direito que assiste a todos.

Para consideração e análise de V. Exa. apresento as seguintes razões:

- inicialmente invoco a garantia constitucional maior do Estado brasileiro consubstanciada no princípio da igualdade - a lei é para todos e todos são iguais perante ela - artigo 5º da Constituição Federal;

- jamais a aplicação de uma norma, seja ela de que espécie for, poderá prejudicar direito alheio, estabelecendo intolerável privilégio a favor de alguém;

- esse Parlamento, instituição democrática, é composto por representantes dos mais variados segmentos sociais e econômicos do Estado. Portanto a concessão do espaço do Grande Expediente para um único Parlamentar, em última análise, privilegia apenas uma parcela da população, de um setor econômico ou de entes sociais em detrimento de todos os demais;

- é absolutamente inadmissível que uma Casa que é do povo, pautada, como não poderia deixar de ser, nos mais elementares princípios igualitários e democráticos, admita tamanha afronta aos mesmos;

- a Lei de Introdução ao Código Civil, ao tratar das normas gerais de interpretação e aplicação das leis, orienta no sentido de que a interpretação da norma jamais poderá levar ao absurdo, no caso, a cassação do direito dos demais Parlamentares desta Casa;

- Tão somente para efeito de demonstrar a intolerável deformidade gerada pela aplicação literal da norma regimental ora impugnada, apresentei, na anterior sessão plenária, requerimento à Presidência, cópia em anexo, para que me fossem concedidos todos os horários das sessões ordinárias das segundas, terças e quartas-feiras, da próxima Sessão Legislativa da atual Legislatura, ou seja, todas as sessões ordinárias do exercício de 2006;

- o requerimento referido, que formalmente retiro, neste momento, já cumpriu seu desiderato, que, repito, era de, única e exclusivamente, demonstrar o tratamento desigualitário dos membros desta Casa, representado por privilégio de um em prejuízo dos demais 53 Deputados que a integram.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder da Oposição

Ao Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão  
Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

Curitiba, 13 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho REQUERER a V. Exa., com base no disposto no artigo 90, inciso II, parágrafo 3º e

*artigo 93, parágrafo 1º, utilização do horário do Grande Expediente nas sessões plenárias das segundas, terças e quartas-feiras da 4ª Sessão Legislativa, ano de 2006, da atual legislatura.*

(a) VALDIR ROSSONI

PARECER Nº 228/2005-PG

Protocolo nº 7086/2005

Ref.: Questão de Ordem

Interessado: Deputado Valdir Rossoni

Exmo. Sr. Presidente:

Em atenção ao despacho de V. Exa. e em cumprimento à designação do Procurador-Geral desta Casa neste protocolado de nº 7086/2005, esta Procuradoria se manifesta da seguinte forma:

Versa a controvérsia formulada, na questão apresentada pelo nobre Deputado Valdir Rossoni, sobre o tempo do uso da palavra pelos Parlamentares no Grande Expediente e o modo de se proceder a inscrição para esse fim, à luz do Regimento Interno desta Casa.

Extraí-se, dos argumentos apresentados, nas razões desta Questão de Ordem, a inconformidade do Deputado subscritor em virtude da possibilidade do uso, por um único Deputado, do tempo de trinta minutos em todas as Sessões Ordinárias, de forma direta ou através de convidados, em detrimento do direito dos demais Parlamentares em fazer uso da tribuna em razão da ordem de inscrição.

Verifica-se que a controvérsia reside na interpretação aos dispositivos do Regimento Interno que versam sobre a matéria e que seu deslinde depende muito mais da forma de se proceder as inscrições do que o tempo destinado para cada orador.

Dispõe o artigo 90 do Regimento Interno, em sua Seção I, “Das Sessões Públicas”, sobre o Expediente:

*Art. 90. A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:*

*I - ...*

*II - trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar sobre assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo de cinco minutos, proibidos os apartes; (grifo nosso)*

*III - noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de bancadas partidárias ou blocos parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, aos Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.*

*§ 1º Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.*

*§ 2º A hora final, dividida eqüitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma Bancada do orador antecedente.*

E o artigo 93:

*Art. 93. As inscrições dos oradores, para a Hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.*

*§ 1º Não será permitida outra inscrição de Deputados antes que o orador inscrito tenha usado da palavra.*

Sói nos pareceres interpretativos do nosso Regimento Interno a consideração ao “espírito” que o legislador quis dar à norma. No caso do uso da palavra, o senso comum nos indica que a intenção era promover o melhor debate, com a participação do maior número de Parlamentares possível. Dessa forma, o tempo destinado, quer seja à palavra livre ou aos debates específicos, devem ser distribuídos de forma equitativa entre os Parlamentares.

Abandonando-se a interpretação teleológica e atendo-se apenas à forma gramatical, pode-se verificar que na distribuição do tempo para o uso da palavra deve ser considerado o modo democrático, uma vez que são fixados limites para cada orador e impõe-se uma ordem cronológica de inscrição.

Um Parlamentar pode usar a palavra no Grande Expediente pelo prazo máximo de cinco minutos, discorrendo sobre tema livre (artigo 90, II, RI). Para tanto, deve-se obedecer a ordem cronológica de inscrição, ou a mesma ordem para a solicitação da palavra.

No mesmo sentido é distribuído o tempo destinado às lideranças de bancadas. Essas dispõem dos noventa minutos finais do Grande Expediente para fazer uso da palavra com o tema livre (artigo 90, III, RI), ou seja, pela ordem cronológica de inscrição ou da solicitação da palavra nos primeiros trinta minutos (artigo 90, parágrafo 1º, RI) e de forma equitativa na hora final. Ressalta-se, contudo, que este tempo destinado às lideranças deve ser utilizado somente pelos líderes, mas estes podem delegar a um dos seus liderados (artigo 90, parágrafo 3º) ou, na ausência do Líder, aplicando-se as regras dos parágrafos 4º e 5º do artigo 90 do Regimento Interno.

Embora o Regimento Interno não disponha especificamente sobre a forma de se quantificar o tempo destinado para cada Liderança na hora final, faz de forma genérica, prescrevendo a forma equânime. Assim, a forma equitativa seria aquela em que se dividiria o tempo disponível entre as lideranças presentes para o uso da palavra.

Uma das particularidades do uso da palavra pelas lideranças é que se inicia pelo Líder da Bancada a que pertence ao último orador dos trinta minutos iniciais destinados às lideranças (artigo 90, parágrafo 2º).

As interpretações sobre o tempo para o uso da palavra são decorrentes da simples forma gramatical extraída dos artigos pertinentes. Contudo, verifica-se que a controvérsia incide não sobre o tempo, mas sobre a inscrição para exercer esse direito, isto porque o sentido de distribuição democrática deste tempo aos oradores não se coaduna com a interpretação lógica do dispositivo que versa sobre a inscrição.

Sobre as inscrições para o uso da palavra, prescreve o artigo 93 e seu parágrafo 1º:

*Art. 93. As inscrições dos oradores, para a Hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.*

*§ 1º Não será permitida outra inscrição de Deputados antes que o orador inscrito tenha usado a palavra.*

Por certo, quis o legislador garantir à maioria o direito de se expressar no plenário. Nessa esteira de entendimento, o parágrafo 1º não apresenta nenhuma lógica de entendimento, ou seja, se não pode haver inscrição de Deputados antes do término do uso da palavra, não pode haver ordem cronológica, pois haverá sim, uma fila para a inscrição.

Há sim uma divergência explícita entre o sentido que o legislador quis para o dispositivo e o que realmente se extrai usando a interpretação lógica, configurando assim um defeito de hermenêutica que impede a exegese e que deve ser reparado.

Para dirimir essa dúvida, esta Procuradoria entende que o Presidente da Mesa poderá exercer suas prerrogativas regimentais, previstas nos artigos 19 e 20, II, II e IV do Regimento Interno, estabelecendo a correta forma de se proceder à inscrição. Na forma como se encontra o parágrafo 1º do artigo 93 não oferece qualquer tipo de interpretação lógica e não expressa a real pretensão do legislador, qual seja, de garantir a todos os Parlamentares, de forma ordenada e justa, a garantia de poder expressar e fazer o uso da palavra.

Por derradeiro, emerge a necessidade de se promover a correção do citado dispositivo com o escopo de ser melhor interpretado impedindo as inscrições prévias para todas as sessões e impondo a necessidade de um orador já inscrito fazer o uso da palavra primeiro para depois proceder à nova inscrição (artigo 222 e seguintes do RI).

Com a máxima vênica, esta Procuradoria sugere uma nova redação ao dispositivo:

*Art. 93. ...*

*§ 1º As inscrições para o uso da palavra só serão permitidas para a sessão imediatamente subsequente àquela que está sendo realizada, não podendo um orador já inscrito proceder a nova inscrição sem antes ter exercido o uso da palavra ou haver precluído esse direito.*

Ressalta-se, como já destacado anteriormente, que a Presidência da Mesa pode, até a correção do citado dispositivo, dar o entendimento para o procedimento das inscrições visando a melhor e mais democrática distribuição do tempo aos oradores (artigo 104, parágrafo 1º).

Por todo o exposto é que se espera poder solucionar a Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Valdir Rossoni acerca da distribuição do tempo de uso da palavra e da forma de se proceder às inscrições, à luz do espírito democrático que pretendeu dar o legislador à matéria.

É o parecer, s.m.j.

Curitiba, 23.09.2005.

(aa) ERON ABOUD - Advogado

AYRTON COSTA LOYOLA - Procurador-Geral

### QUESTÃO DE ORDEM

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais (artigo 104 e seguintes do Regimento Interno), submete à apreciação da V. Exa. a presente Questão de Ordem, nos termos a seguir aduzidos:

A Constituição Estadual prevê em seu artigo 75, I, que compete a esta Casa o controle externo do Poder Executivo através da análise das contas públicas, com auxílio do Tribunal de Contas, o qual deve elaborar parecer prévio em até sessenta dias a contar do recebimento das referidas prestações de contas, para posterior julgamento pela Assembléia Legislativa.

Ocorre que um requerimento foi apresentado por este Parlamentar, solicitando o acesso às prestações das contas públicas relativas ao exercício de 2003, entretanto, até a presente data sem qualquer resposta.

Esta Casa não pode mais uma vez analisar uma Proposta Orçamentária do Estado, sem haver julgado contas públicas de um período que vai refletir a aplicabilidade, por exemplo, do Plano Plurianual.

Muito embora quadrimestralmente haja o comparecimento do Secretário de Estado da Fazenda a fim de informar sobre a aplicação dos recursos públicos, é somente com a prestação de contas que se verifica, ao final do exercício, se foram cumpridas as normativas constitucionais e legais.

É fundamental o julgamento das contas, pois, conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, *a prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.*

A mesma Lei de Responsabilidade Fiscal enfatiza que devem ser fiscalizados, entre outros pontos, *se foram alcançadas as metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; se foram respeitados os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; se foram respeitados os limites de gastos com pessoal; como se comportam os montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites; enfim, se o Governo efetivamente obedeceu a Lei e a Constituição.*

Carece ainda esclarecer esta Presidência, se não for neste momento, extremamente propício, quando prestações de contas de 2002 a 2004 finalmente serão apreciadas por este Poder? Como é plausível que se possa aprovar o Orçamento do Estado para o ano de 2006 sem que se tenha julgado as contas do Governo anterior a este?

Qual a segurança dos Srs. Parlamentares em afiançar a peça orçamentária sem terem a certeza de que os programas estabelecidos pelo Governo do

Estado foram cumpridos nos exercícios anteriores, o que só se pode verificar na apreciação das contas públicas?

Muito embora haja previsão de trâmite da Proposta Orçamentária no prazo regimental de trinta dias (artigos 201 e seguintes), há conflito em nosso entendimento, com o artigo 75 da Constituição Estadual, o qual, como já dito, estabelece que as contas públicas sejam analisadas por esta Casa após a emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas.

Se observarmos o prazo que estabelece a Constituição, deveríamos neste período, certamente, já haver concluído o julgamento das contas relativas ao exercício de 2004, no entanto nem as de 2002 foram apreciadas. Não pode o Regimento Interno conflitar com mandamento constitucional.

Considerando que já há um precedente que macula este Parlamento, o qual aprovou, em uma única Sessão realizada em dezembro de 2002, as contas públicas do Governo do Estado relativas aos anos de 1993 a 2001, requer-se, pela presente Questão de Ordem:

1. Que V. Exa., responda motivadamente, por que as prestações de contas do Governo do Estado relativas aos exercícios de 2002 a 2004, ainda não compuseram a Ordem do Dia? (artigo 20, XVII - RI).

2. Sejam, então, incluídas na Ordem do Dia e devidamente julgadas as prestações de contas de 2002, 2003 e 2004.

3. Determine V. Exa. que somente após o julgamento das contas públicas, seja votado o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006.

Ressalte-se que compete ao Poder Legislativo o dever de julgar as contas públicas, razão pela qual requeremos a V. Exa. só seja analisada a Proposta Orçamentária após o julgamento das contas que ainda estão pendentes, a fim de que sejam respeitados os princípios constitucionais que norteiam a administração pública.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 3714

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 687/2005, de autoria do Ministério Público, que visa alterar o artigo 2º, II, parágrafo 1º, e o artigo 3º, II, da Lei nº 13665, de 04 de julho de 2002, que visa reajustar a tabela de gratificação de função e os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## REQUERIMENTO Nº 3715

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 732/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva denominar José Neves Formighieri, o trecho da rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## REQUERIMENTO Nº 3764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 065/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## REQUERIMENTO Nº 3748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 527/2005, que trata da proibição de repasses de recursos financeiros de publicidade, por se tratar de interesse público.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

## REQUERIMENTO Nº 3760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 3716

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja retirado de pauta por cinco sessões o veto apostado ao Projeto de Lei nº 185/2005, de autoria própria, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores previamente qualificados, portadores de necessidades causadas por acidente de trânsito.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

## REQUERIMENTO Nº 3754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por 03 (três) sessões da Proposição nº 250/2005, item 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

## REQUERIMENTO Nº 3763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da proposição nº 101/2005, item 12 da Ordem do Dia, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação dos Projetos de Lei 021/2005 e 041/2005, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

## REQUERIMENTO Nº 3718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização para se deslocar a Foz do Iguaçu no dia 1º de dezembro, para participar da 7ª Conferência Estadual de Saúde.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) TADEU VENERI

## REQUERIMENTO Nº 3734

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, comunicar a participação como delegada e representante desta Casa na 2ª Conferência Estadual das Cidades, que será realizada nos dias 29 de novembro a 03 de dezembro, em Brasília - Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 28.11. 2005.

(a) ELZA CORREIA

## REQUERIMENTO Nº 3735

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, comunicar participação como Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente desta Casa e Presidente do Conselho Estadual da Mulher do Paraná, na 7ª Conferên-



cia Estadual da Saúde do Paraná, que será realizada no dia 01 de dezembro de 2005, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 3758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA designação da Assembléia Legislativa do Paraná para participar em Brasília, no dia 29 de novembro de 2005, da audiência pública sobre Educação Infantil, onde terá a presença do Ministro Antônio Palocci.

Na mesma oportunidade, solicita a possibilidade da Assembléia arcar com as despesas.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### REQUERIMENTO Nº 3713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 10 e 12, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 3736

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologia desta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para o uso das dependências do Plenário Waldemar Daros no dia 07 de dezembro próximo, período da manhã, para realização da Cerimônia de Premiação Estadual da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A OBMEP - 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas é dirigida aos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, das escolas públicas municipais, estaduais e federais. Seu objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de educação básica; promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento; identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas, incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; estimular e promover o estudo de matemática entre alunos das escolas públicas; contribuir para a inte-

gração entre as escolas públicas, as universidades federais, os institutos de pesquisa e as sociedades científicas.

Em todo o Brasil, mais de dez milhões de alunos inscreveram-se para participar da OBMEP. No Estado do Paraná, mais de seiscentos mil alunos participaram da OBMEP, na 1ª fase. Do total de inscritos, trinta mil alunos participaram da 2ª fase, onde teremos os resultados finais e a premiação.

#### REQUERIMENTO Nº 3705

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Nildo Raboni.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3725

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sr. Paulo Hilário, aos 53 anos de idade, na cidade de Novo Itacolomi, vítima de câncer. Paulo foi homem público da maior importância para a cidade de Novo Itacolomi, sendo um dos principais responsáveis na luta pela emancipação do Município. Foi candidato a Prefeito e atualmente exercia o cargo de Diretor-Geral da Administração Municipal.

Deixa viúva a Sra. Maria Heloísa Aparecida Hilário e quatro filhos. Receberam ampla manifestação de parentes e amigos, de sentimentos pelo passamento.

Esta Casa reverencia a memória do Sr. Paulo Hilário, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado à família.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3726

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernani Portes, aos 61 anos de idade, na cidade de Curitiba, vítima de derrame cerebral. Ernani Portes foi homem público da maior importância para a cidade de Cascavel, onde foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal e Líder do Prefeito Jacy Scana-gatta.

Deixa viúva a Sra. Iara Maria Portes e cinco filhos. Receberam ampla manifestação de parentes e amigos, de sentimentos pelo passamento.

Esta Casa reverencia a memória do Sr. Ernani Portes, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado à família.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3755

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Sampaio Dias, aos 91 anos de idade. “Seo” João Sampaio foi homem público dos mais ilustres de Apucarana, tendo sido um dos primeiros delegados do município.

Esta Casa reverencia a memória do extraordinário homem público, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado a família em Apucarana.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3737

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais, de voto de profundo pesar pelo falecimento, em brutal acidente, na BR-116, do artista plástico e mestre escultor Ricardo Tod, no último dia 25 de novembro.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

#### **Curitiba perde Ricardo Tod, mestre e escultor**

A brutalidade da BR-116 fez novas vítimas. Sexta-feira (25), morreram seis pessoas de uma mesma família. Entre elas, o notável escultor curitibano Ricardo Tod, 42 anos, e sua esposa, Norma Cristina Nascimento Tod. Foi o desastre de um micro-ônibus atingido por caminhão desgovernado, sobre a pista úmida e precária.

#### **Cavalos encantados em bronze**

Os Tod, no idos de 1850, logo que imigraram do Reino Unido, criaram haras no Bacacheri, a casa avarandada e solarenga à beira da antiga estrada da Graciosa, no trecho em que hoje corre a avenida Prefeito Erasto Gaertner. O bisavô, Philipe Tod, trouxe da Escócia os primeiros cavalos puro sangue para o Paraná. Seu haras ficou conhecido como “Parque Inglês”. Na segunda geração abriram atelier de fundição em metais na Rua São Francisco, antiga Rua do Fogo.

O menino Ricardo, da terceira geração adquiriu sua paixão pelos cavalos, na casa do bisavô. Hábil e elegante ginete, dominava-os na rédea curta e no trote apressado. Em bronze, ferro e resina, ele também os esculpia.

Artista jovem e promissor, Tod formou-se nas belas artes, em Paris. Fez sucesso na França, com exitosas exposições e prêmios internacionais. Aqui, havia os que invejavam sua perícia no domínio dos metais e também os que lhe davam o devido valor, como sempre acontece. “Nenhum profeta é rei em sua terra”, ensina o Evangelho.

#### **Fonte de Memória**

Quando fui Prefeito de Curitiba, pedi a Ricardo Tod que fizesse a Fonte de Memória, defronte à Igreja do Rosário, na Praça Garibaldi, para marcar o fim de um ciclo de história de Curitiba. No Largo da Ordem, onde antes o cavalo ia beber água, depois de “bloqueado” pelo progresso, o mesmo cavalo passou a derramar água pela boca, encantado em granito e bronze. Referencial do atropelamento do cavalo da Nona Carolina, a última carroceira de Santa Felicidade, em acidente com ônibus urbano, em 1994.

#### **Tod vive em sua obra**

Quando dos 150 anos do Paraná, em 2003, pedi ao escultor paranaense realizar dois medalhões em bronze para o plenário da nossa Assembléia, evocando 1853, e a série de medalhas comemorativas do Sesqui-centenário do Paraná. Obra sua, ainda, os troféus “Guitarra Estrelada”, do recente Festival Paraná de Bandas, da TV Educativa.

No Memorial de Curitiba, guardamos outros dois de seus cavalos encantados. Um gigantesco cavalo marinho, que ele chamou de “Salgado”, vive sobre as pedras da praça coberta, diante do painel de Sérgio Ferro. O outro, cavalo alado, Pégasus curitibano, pousado numa das janelas, ameaça alçar vôo rumo às torres da nossa Catedral. Qual seu “Pégasus”. Ricardo Tod permanece, perpetuado em sua obra.

Possam os anjos velar-lhe o sono com cântigos de glória.

E que a gente do nosso Paraná recorde com ternura este artista, que foi grande e foi nosso.

#### REQUERIMENTO Nº 3706

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Vitória, pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro de 2005, de seus 41 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Kurt Nielsen Júnior, Prefeito Municipal, à Vice-Prefeita Sra. Almiraci Ignês Rauber, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em

nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Jubilosamente toda população de Porto Vitória irá comemorar festivamente o transcurso de seus 41 anos de emancipação política no próximo dia 08 de dezembro.

Através desta proposição cumprimos efusivamente a população trabalhadora e honesta do Porto Vitória que continua, ao longo desses anos, colaborando para o completo desenvolvimento de seu município.

Portanto, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribui para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior de toda aquela região.

Sentimo-nos honrados em parabenizar a comunidade de Porto Vitória pela passagem de seus 41 anos de emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento a toda população, certos de que continuarão na trilha do progresso.

**REQUERIMENTO Nº 3707**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Paula Freitas, pela passagem de seus 41 anos de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro/05.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Paulo Henrique Matos de Almeida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Mauro Feliz dos Santos, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Através desta proposição queremos prestar nossa homenagem a toda a população de Paula Freitas, que no próximo dia 08 de dezembro estará comemorando o transcurso de mais um aniversário do seu município.

Paula Freitas, cidade progressiva e acolhedora, com uma administração voltada ao bem-estar da população, que juntamente com a representação estadual vem lutando por melhores condições que beneficiam toda a comunidade.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-

se às homenagens que serão prestadas ao município de Paula Freitas, na significativa data de comemoração de seus 41 anos de emancipação política, pois, toda a população é digna do nosso respeito, reconhecimento e admiração, na certeza que continuará na trilha do progresso.

**REQUERIMENTO Nº 3708**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de São Jorge do Ivaí, pela passagem, de seus 50 anos de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro de 2005

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Milton Muzulon, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Baltazar Bravo Coco, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É com grande júbilo que toda população de São Jorge do Ivaí irá comemorar, no próximo dia 08 de dezembro, o transcurso de seus cinquenta anos de emancipação política.

Portanto, com esta proposição, queremos parabenizar o povo sincero e amigo da cidade de São Jorge do Ivaí.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que a população de São Jorge do Ivaí já conquistou ao longo desses cinquenta anos, com trabalho e dedicação e o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente irá se transformar em realidade.

Ao conhecimento da população, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. Homenagem esta, extensiva aos seus administradores de todos os tempos.

E portanto, na significativa data que marcará a passagem de seu 50º aniversário, que toda a população e seus administradores merecem o aplauso deste Poder, na certeza de que continuarão com a mesma garra para o desenvolvimento cada vez maior do município.

**REQUERIMENTO Nº 3709**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao professor Carlos Augusto Moreira Júnior, Reitor da Universidade Federal do Paraná, em razão de sua reeleição para o cargo.

A Universidade Federal do Paraná figura entre as instituições de maior destaque do Estado, contribuindo para o desenvolvimento do Paraná de forma marcante.

O trabalho do professor Carlos Augusto Moreira Júnior merece o reconhecimento desta Casa de Leis e felicitações por mais esta conquista junto à comunidade acadêmica.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Coamo Agroindustrial - Cooperativa de Campo Mourão, pela passagem de seus 35 anos de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Aroldo Gallassini, Presidente da Coamo, para que receba e transmita a todos os cooperados a saudação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Coamo Agroindustrial - Cooperativa de Campo Mourão está completando 35 anos de fundação.

Com 19.700 cooperados, é hoje a maior cooperativa da América Latina e está presente em 53 municípios, onde fornece assistência do plantio à comercialização.

A Coamo enriquece esta terra paranaense.

O que isto significa: ressalta o cuidado com que foi organizado o programa de suas atividades desde sua fundação até os dias de hoje.

A cooperativa tem sido, em todas as épocas, o propulsor da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através da cooperativa que os povos entram em contato uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas como na difusão de conhecimento úteis.

Se considerarmos os fenícios, para só fixarmos esse exemplo, veremos que eles foram o povo de cooperativas, por excelência, dos velhos tempos; foram também os plantadores da civilização.

A cooperativa exerce no organismo de um povo a função de distribuidora dos bens. É realmente através da cooperativa que a agricultura e a indústria podem chegar ao consumidor.

Poder-se-ia então conceber um povo sem cooperativa? Muito ao contrário, a civilização e o adiantamento de um povo, avalia-se pela intensidade de suas cooperativas, vale dizer, pela extensão da rede distribuidora de suas riquezas.

Um povo com cooperativas em desenvolvimento está a atestar a pujança e a riqueza de suas cooperativas, sejam elas extrativas, agrícolas ou manufaturadas.

É, pois, com intensa satisfação que vemos na Coamo mais uma válvula por onde se escoia a riqueza.

#### REQUERIMENTO Nº 3720

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à Rede Paranaense de Hotéis Mabu, pelo projeto expansão de sua unidade em Foz do Iguaçu, calculado em R\$ 70 milhões, o que deve transformar Mabu Thermas & Resort no maior complexo de entretenimento do Sul do Brasil.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Rede Paranaense de Hotéis Mabu merece o nosso especial reconhecimento e os cumprimentos pelo projeto de expansão de sua unidade em Foz do Iguaçu, o que deve transformar Mabu Thermas & Resort no maior complexo de entretenimento do Sul do Brasil.

Parabenizamos a todos pelo empenho, dedicação e pelo profícuo trabalho que vêm realizando em prol do município de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO Nº 3730

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações, à Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, pela realização da XXIII Festa de Santa Rita, no dia 2 de dezembro, às 17h00 no Pavilhão de Exposições do Parque Barigui, como também pelos beneméritos feitos em benefício dos mais humildes.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Rita nasceu no dia 22 de maio de 1381, em Rocca Porena - um pequeno povoado de Cascia - na Itália. Seus pais, Antônio Mancini e Amata Serri, já eram de idade. Seu nascimento foi um grande milagre. Foi batizada, e recebeu a primeira eucaristia na Igreja de Santa Maria dos Pobres, em Cascia.

Rita tinha um desejo intenso de consagrar-se a Deus na vida religiosa. Seus pais, já idosos, optaram pelo matrimônio. Rita foi obediente e casou-se com Paulo Fernando, um homem violento e envolvido em crimes. Porém, com fé e confiança em Deus, ela o converteu e o fez mudar totalmente de vida. Tiveram dois filhos: Tiago e Paulo.

Anos depois alguns antigos inimigos de Paulo Fernando o mataram. Rita percebeu que os filhos alimentavam o desejo de vingança. Rezou, pedindo a Deus que tirasse este desejo do coração de seus filhos, ou, se fosse vontade divina, que os levasse para a glória do Céu para obterem a salvação. Deus ouviu sua preces, e os dois filhos, faleceram em menos de um ano.

Sozinha no mundo, Rita decidiu entrar no mosteiro de Santa Maria Madalena, mas, por ser viúva e não ser mais virgem, não foi aceita.

Um dia, em profunda oração, ouviu um chamado: “Rita! Rita!”. Levantou-se e seguiu seus santos protetores: São João Batista, Santo Agostinho e São Nicolau Tolentino. Era noite, e a porta do convento estava trancada. Ao amanhecer, as religiosas agostinianas ficaram estupefatas ao verem Rita, na capela do convento, rezando, sendo que a porta estava fechada. Diante disso, Rita foi aceita no convento.

Certo dia, a Superiora, para pô-la à prova, pediu-lhe que, todos os dias, regasse um galho seco pela manhã e à tarde. Em sinal de obediência, Rita o fez com todo o carinho e, tempos depois, milagrosamente, o galho seco se transformou em uma bela videira.

Passaram-se os anos, Rita pediu a Jesus para participar de sua paixão. Eis que um espinho se destacou da coroa de Cristo e entrou profundamente em sua fronte, transformando-se em uma ferida fétida.

Em 1450, o Papa Nicolau V proclama o Ano Santo. Rita queria receber as indulgências plenárias - perdão de todos os pecados -, mas, devido à ferida fétida, não poderia ir. Rezou e pediu a Jesus que deixasse a dor e tirasse a ferida para que pudesse ir a Roma. E conseguiu tal milagre.

Já no leito de morte, pediu a uma amiga para ir até a sua casa, em Rocca Porena, e apanhar uma linda rosa em seu antigo jardim. Era inverno, e amiga pensou que Rita estivesse delirando. Para atender o pedido, foi e encontrou milagrosamente a linda rosa.

Rita faleceu no mesmo dia e mês em que nasceu, ou seja 22 de maio de 1457, com exatamente 76 anos de idade. Seu corpo inexplicavelmente permanece intacto até hoje, no Santuário de Santa Rita em Cascia, na Itália.

Foi canonizada e declarada santa - pelo Papa Leão XIII, em 1900. Muitos fatos extraordinários e milagres de Deus são atribuídos à intercessão de Santa Rita, conhecida como a Santa dos Impossíveis.

Encaminhe-se este voto à Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, rua Tobias de Macedo Júnior, nº 1643, casa 10, CEP 82.010-340 - Curitiba/PR.

#### REQUERIMENTO Nº 3738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao município de Presidente Castelo Branco, pelos seus 39 anos de criação.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 4992, de 21 de dezembro de 1964 e instalado em 29 de novembro de 1965, tendo sido desmembrado de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao município de Itambé, pelos seus 45 anos de criação.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960 e instalado em 30 de novembro de 1961, tendo sido desmembrado de Marialva, Bom Sucesso e São Pedro do Ivaí.

Cumprimentamos, através do Prefeito João Cabrera, todos os moradores do Município que trabalharam pelo seu crescimento.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR voto de congratulações às Sras. Ivone Z. Cordeiro e Emília Rampanelli pela vitória na eleição para a Direção e Vice-Direção da Escola Municipal Ditmar Brepohl de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A referida vitória deu-se com 94% dos votos, que representa o reconhecimento da competência da Sra. Ivone no tocante às suas atividades profissionais.

Diante dessa, solicito ainda a especial gentileza em notificar as Sras. Ivone Z. Cordeiro e Emília Rampanelli, na rua Teodoro Shneider, nº 241, bloco 08, ap. 303, Curitiba-PR, CEP 81070-310, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 3750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR voto de congratulações ao Sr. Carlos Moreira Júnior pela vitória na reeleição para o cargo de Reitor da Universidade Federal do Paraná.

A gestão da Universidade tem sido objeto de elogios, tanto do corpo técnico quanto das demais pessoas que a freqüentam. A reeleição vem demonstrar esse reconhecimento e renovar o voto de confiança dado ao Reitor Carlos Moreira Júnior.

Diante dessa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Carlos Augusto Moreira Júnior, na Rua XV de novembro, nº 1299, Curitiba-PR, CEP 80060-000, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 3753

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos

Anais desta Casa, voto de congratulações ao município de Diamante do Norte, pelos seus 42 anos de criação como Município.

O Município foi criado pela Lei Estadual nº 4788, de 29 de novembro de 1963 e instalado em 13 de dezembro de 1964, tendo sido desmembrado de Nova Londrina.

Cumprimentamos, através do Prefeito Pedro Edivaldo Ruiperes Selani, todos os moradores do Município que trabalharam pelo seu crescimento.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3757

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, como único Parlamentar desta Casa Legislativa presente à solenidade, REQUER, após o consentimento do douto Plenário, sejam formulados votos de grande apreço e efusivas congratulações a Dom Francisco Carlos Bach, por sua posse como quinto Bispo da Diocese de Toledo, no último dia 24 de novembro, ao tempo que manifesta augúrios de feliz e bem sucedida condução dessa importante província eclesiástica e que, o “rebanho” que lhe foi confiado pela Igreja, se sinta, sobremaneira, apascentado.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma ao novo prelado, via correspondência, a ser encaminhada à rua General Rondon, 2006 - CEP 85902-090, Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 3717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à ONG Lapamundi - Amigos da Lapa no Mundo.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A ONG Lapamundi tem grande importância cultural, uma vez que busca o convívio e o trabalho conjunto entre os lapeanos que se encontram espalhados pelo mundo. A Lapamundi presta apoio ao cidadão residente no município de Lapa, no desenvolvimento de ações à defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida e do meio ambiente, através de atividades específicas e de educação profissional, especial e ambiental, além de promover a conservação do patrimônio histórico e artístico.

A ONG realiza atividades que englobam todos os moradores do município da Lapa, bem como aos lapeanos residentes em outros lugares do Brasil e também do mundo.

Assim, nada mais justo que congratular com esses votos de louvor a ONG Lapamundi pelo brilhante traba-

lho realizado e pelo importante papel social desenvolvido. Que a ONG, e todos os seus integrantes, recebam estes votos de louvor como um incentivo para continuar seu trabalho à frente desta entidade.

#### REQUERIMENTO Nº 3722

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de louvor à Indústria de Fios de Toledo - Fiasul, pela conquista do Prêmio de Comércio Exterior da ACP - Associação Comercial do Paraná e Concex - Conselho de Comércio Exterior, por indicação do Banco do Brasil na categoria de “Novos Mercados”.

Requer, ainda, seja determinado à Secretaria da Casa, que, uma vez aprovado este requerimento, dê-se ciência à empresa, da homenagem ora registrada nos Anais deste Legislativo Estadual.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto e Augustinho Zucchi.

#### REQUERIMENTO Nº 3724

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabáudia, à Câmara Municipal de Sabáudia e à Secretaria de Cultura do Município, voto de louvor pela comemoração festiva dos cinquenta anos de emancipação política e que seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Almir Batista dos Santos; ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Osvaldir da Silva, e à Secretária Municipal de Educação, Esportes e Cultura, Silvana Rissato Garbim Navarro, de que esta Casa congratula-se, sobretudo com o povo de Sabáudia pelo cinquentenário comemorado no dia 26 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, congratula-se, neste momento festivo, com o povo do município de Sabáudia, pela histórica comemoração do cinquentenário de sua emancipação política.

Sabáudia é um município importante do Norte do Estado; tem uma história política plural e democrática, por onde passaram homens ilustres como Antônio Valério, Paulo Manoeira, Jacomo Masquetti e mais recentemente, Moacir Poletto, Sérgio Salvador e o atual Prefeito Almir Batista dos Santos.

Congratula-se também com o Poder Legislativo local, a Câmara Municipal de Vereadores, na figura de seu Presidente, Vereador Osvaldir da Silva, que representa o povo do progressista município de origem italiana, mas de população plural e miscigenada, numa união

de todas as raças que ali formam uma sociedade justa e fraterna.

Parabéns ao povo de Sabáudia!

#### REQUERIMENTO Nº 3741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Jair Faustino da Silva, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 3742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Cristiano da Silva, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 3743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Emerson Luiz de Souza, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 3744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Humberto Schwabe, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 3745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Idnilson de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 3746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Soraya de Fátima Daer, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 3747

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao casal Victor Schwabe e Elza Hoffmann Schwabe, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 3731

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE seja dirigido ao Sr. Governador do Estado, com destinação à Secretaria da Saúde Pública do Paraná, o seguinte pedido de doação de equipamentos para implantação de mais uma sala de cirurgia no Hospital Cajuru: Monitor R\$ 22.000,00 - Ventilador Micro Processado R\$ 44.000,00 - Aparelho de Anestesia R\$ 44.000,00 - Bisturi Eletrônico R\$ 15.000,00.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Mais de 70% dos atendimentos realizados pelo Hospital Cajuru são de pacientes do SUS e considerando as baixas tabelas aplicadas pelo Sistema Único de Saúde, o hospital precisa de reiterada ajuda para poder renovar alguns equipamentos.

Hoje, conta com espaço físico disponível para implantar mais uma sala de cirurgia, porém estão sem condições financeiras para comprar os equipamentos necessários. Com a nova sala de cirurgia o hospital teria condições de ampliar o número de atendimentos aos pacientes do SUS.

#### REQUERIMENTO Nº 3733

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, digne-se a oficialar ao Sr. Governador do Estado, para que determine à Secretaria de Tecnologia e Ensino Superior, a construção e implantação da Biblioteca Universitária Central do Campus de Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa como também a execução de obras complementares, conforme projeto proposto.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, hoje com aproximadamente 70% da sua estrutura didático-pedagógica e administrativa implantada no Campus Uni-

versitário em Uvaranas, necessita construir uma sede para a sua Biblioteca Central no referido campus, onde venha a abrigar o acervo bibliográfico da instituição centralizada e organizadamente, oferecendo, como novas instalações e infra-estrutura adequadas, fácil acesso à comunidade universitária e conforto aos seus usuários.

Receptáculo do conhecimento humano no âmbito da Ciência, Arte, Cultura e outros, a Biblioteca se constitui numa preciosa fonte para o estudo, a pesquisa, consulta e leitura, com transcrições e descrições disponibilizadas para a sociedade, e em especial, para a comunidade universitária que dela naturalmente não prescinde para a realização de seus trabalhos.

O atual Governo do Paraná tem realizado eficiente gestão na reparação das Instituições de Ensino Públicas transformadas em orgulho de suas comunidades. Tem priorizado a Educação, valorizando alunos e professores. Pode e deve prosseguir melhorando os serviços ofertados e equipamentos existentes. Por isso a proposição de construção e implantação da Biblioteca Universitária Central do Campus Universitário em Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como também a execução de obras complementares, conforme projeto proposto, no valor de R\$ 3.735.440,00.

Pela qualidade do trabalho desenvolvido neste campus de Uvaranas, em favor da instrução pública, que merece todo o apoio do Governo e das instituições, a quem dê esta Assembléia do Povo o devido louvor e valor, quando se quer ampliar o horizonte cultural dos nossos jovens por meio da leitura.

Encaminhe-se este requerimento ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Dr. Aldair Tarcisio Rizzi, rua Lothário Meissner, 102 - CEP 90210-170 e ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professor Paulo Roberto Godoy, Av. General Carlos Cavalcanti, nº 4748, Campus Universitário em Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa / PR.

#### REQUERIMENTO Nº 3756

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Exmo. Sr. Orlando Pessuti, encaminhando o envio de reportagem publicada no caderno Folha Rural, da Folha de Londrina, do último dia 26/11/2005, tratando sobre o abandono das vilas rurais e solicitando providências em relação ao tema.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expedientes ao Prefeito de Dois Vizinhos, Lessir Canan Burtulli; ao

Coordenador Geral da Expovizinhos, Sr. Sérgio Marchese; ao Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária, Sr. Luiz Carlos Peretti e ao Presidente da Sociedade Rural Vale do Iguaçu, Sr. Gelavir Toscan, manifestando votos de congratulações pelo êxito total alcançado com a realização da 6ª Expovizinhos - Exposição Feira Comercial, Industrial e Agropecuária do município de Dois Vizinhos, evento realizado no período de 23 a 27 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Realizada em pleno período de crise econômica, especialmente quanto à comercialização de produtos agropecuários, a 6ª Expovizinhos atingiu êxito total, tanto no número de expositores, quanto na presença de público, como também na qualidade dos shows contratados. Foi, sem dúvida, a maior de todas as feiras realizadas naquele município, justificando a nossa manifestação de congratulações a todos que tiveram maior ou menor participação para o sucesso alcançado.

Dois Vizinhos, suas autoridades, suas entidades e sua população merecem os parabéns por tudo que lá ocorreu, divulgando o nome do Município em todos os aspectos positivos.

#### REQUERIMENTO Nº 3710

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião; ao Ministro da Justiça, Exmo. Sr. Márcio Thomaz Bastos; ao Presidente da Funai e ao Administrador Regional da Funai em Curitiba, Glênio Alvarez, solicitando dos mesmos providências no sentido de preservar áreas de cultivo para os índios da Reserva de Piraquara.

Grande parte da Reserva de Piraquara é área de preservação ambiental, possibilitando aos índios a manutenção de atividades produtivas que lhes confirmam sustentabilidade.

É triste ver que nossa sociedade impõe aos índios uma cultura que não é peculiar aos mesmos. Com essa imposição, a cultura dos mesmos vai se perdendo e mantendo os índios em estado lastimável, dependentes em tudo, até mesmo na subsistência básica.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 737/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os artigos 1º e 2º da Lei 14.740, de 08 de junho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Goioerê o imóvel constituído pelos lotes de terras números 01 a 17, Quadra 114 da Planta Geral da cidade de Goioerê, com área total de 8.346,00 m<sup>2</sup> (oito mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados), pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme matrícula nº 8006, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê, neste Estado.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Goioerê, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública, ficando responsável pela guarda, proteção e manutenção do imóvel, o qual ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorização legislativa para que o Executivo proceda à doação de imóvel ao município de Goioerê.

Ocorre que a lei em vigor autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel objeto da presente, à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, determinando que a mesma implante unidades habitacionais de interesse social no mesmo.

Todavia, a construção de unidades habitacionais de cunho social naquele imóvel não coaduna com a política habitacional do Município, que o reivindica a fim de dar-lhe melhor utilidade.

Isso porque o município de Goioerê nunca fora consultado sobre a viabilidade de construção das unidades habitacionais naquela localidade, no centro da cidade, sendo que, na forma do artigo 30, VIII, da Constituição Federal, compete ao Município promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Por outro lado, o Município tem, dentre seus deveres, a eficiente prestação de serviços públicos à comunidade local e regional, sendo que possui em seu território o imóvel objeto da presente completamente ocioso, maculando a própria imagem do Município.

Não bastasse, há interesse de órgãos locais em aproveitar o terreno em prol do interesse público, satisfazendo a exigência preconizada pela Constituição Federal e imposta pelo presente projeto.

Esta área pertence ao Estado e atende às necessidades do Município, sendo que, para tanto, solicita à mesma para que possa realizar atendimento à população local e, sobretudo, em atendimento ao Estatuto das Cidades.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

## PROJETO DE LEI Nº 738/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hospitais, casas de saúde e maternidades públicas ou privadas, no âmbito do Estado do Paraná, obrigadas a adotarem as seguintes medidas de segurança, além das já previstas na Resolução RDS 153/2004, que evitem a troca do tipo sanguíneo em caso de transfusão.

Art. 2º Para consecução dos objetivos do artigo anterior definem-se como medidas de segurança:

I - assinatura de um termo de concordância dos familiares de 1º grau assentindo com a tipagem sanguínea a ser utilizada para a transfusão, o que não exime o médico atendente da responsabilidade, obrigações e cominações previstas na Resolução-RDC n 153/2004, bem como a clínica, o hospital, enfim qualquer órgão em que o receptor esteja baixado;

II - em caso de negativa dos familiares com relação ao tipo sanguíneo, torna-se obrigatório nova coleta para a realização da contra-prova;

III - em casos de extrema urgência e não se conseguindo a comunicação com um dos familiares, o procedimento far-se-á mediante compromisso assinado pelo médico atendente, do responsável pelo laboratório e do banco de sangue, afirmando que o sangue a ser utilizado é compatível com o do paciente nos termos da resolução citada no inciso I.

Art. 3º As instituições referidas no artigo 1º desta lei terão o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento ao disposto na presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 154/2005, de autoria deste Deputado, foi rejeitado por dispor de matéria já regulamentada por disposição federal - Resolução RDS nº 153 de 14/06/2004 segundo o parecer do nobre relator acompanhado pela unanimidade dessa CCJ.

Justifica-se, contudo, analisando a resolução citada como parâmetro de fundamentação à rejeição do indigitado projeto, que a invocada norma trata realmente das diretrizes e procedimentos homoterápicos de forma abrangente.

O parecer de V. Exas. pautou-se na redundância, ou seja, que o projeto de lei rejeitado regulamentava matéria já editada no aspecto da responsabilidade médica e dos órgãos afins. Contudo, no tocante à transfusão de sangue propriamente dita, *letra "l", I.1.3 - Transfusão de Extrema Urgência, a Resolução 153/2004, não há previ-*

*são de consulta e a tomada de termos de compromisso do familiar do paciente, quando presente.*

É neste aspecto que o projeto inova e avança criando mais um fator de segurança no momento da transfusão que se configura em instante de altíssimo risco, posto que é exatamente neste ponto que todos os envolvidos na proteção da vida e segurança do paciente (parentes, médicos, equipe médica, órgãos afins, etc.), devem convergir.

Deste modo a aprovação deste novo projeto criará, por assim dizer, um fator maior de segurança e quando se trata da proteção do bem maior da sociedade - a vida, nada é demais.

Pela gravidade da matéria e a sensibilidade dos meus Pares nesta Casa Legislativa, tenho a certeza que o Estado do Paraná terá, em breve, mais esta importante lei.

PROJETO DE LEI Nº 739/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil, com sede e foro no município de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

**JUSTIFICATIVA:**

A Braspol, constituída em 10 de maio de 1991, sediada no município de São Mateus do Sul, já possui título de utilidade pública municipal. É uma entidade com abrangência nacional, com sede em Curitiba, que tem por objetivo congregar todos os descendentes poloneses, resgatando e preservando sua cultura e seus costumes.

Todos os anos a entidade realiza atividades como festas, reuniões, palestras, homenagens, etc, que reúnem os descendentes de poloneses do município e região.

Pela importância do serviço prestado por esta entidade à sociedade do município de São Mateus do Sul e do Estado como um todo, é que este Deputado propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 740/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar, no âmbito do Departamento da Polícia Civil, ao Delegado Geral, o Sicride - Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas.

Parágrafo Único. Incumbido de centralizar o registro de ocorrências e de promover investigações e inquéri-

tos policiais, referente a crianças desaparecidas no território do Estado, inclusive aqueles já instaurados.

Art. 2º O Sicride, deverá ser dirigido sempre por Delegado de Polícia de 1ª Classe com sede própria e de fácil localização, e com Investigadores de Polícia e Escrivães em número suficiente para a realização dos serviços pertinentes ao Sicride.

Art. 3º Em 10 (dez) dias, contados da data da publicação da lei, o Sr. Delegado-Geral do Departamento da Polícia Civil regulamentará o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas - Sicride, dispondo sobre sua estrutura e funcionamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que são muitas as ocorrências de desaparecimento de crianças e todo o Brasil, fica criado o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas - Sicride, o qual terá incumbência em todo o Estado do Paraná de realizar investigações e inquéritos policiais, referentes a crianças desaparecidas. Com isso, fica centralizado somente o Sicride as investigações, onde poderá dar maior agilidade nas investigações e resolver os casos em menor tempo possível.

Propõe-se assim que seja criado, através de lei, o Sicride, que hoje funciona sob égide de norma infralegal da Secretaria de Estado da Segurança Pública. E ocorrendo mudanças governamentais, fica o funcionamento do Sicride dependendo da concordância da nova equipe.

PROJETO DE LEI Nº 741/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, subordinado ao Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná, o Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos - Nurce.

Art. 2º Atribui-se ao Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos - Nurce, circunscrição territorial em todo o Estado do Paraná, para atuar em operações especiais e de relevo principalmente voltadas à repressão dos crimes de natureza econômica

Parágrafo Único. As atribuições do Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos - Nurce e suas ações dinâmicas de repressão, serão desenvolvidas sem prejuízo das responsabilidades conferidas a outras unidades policiais em regime de mútua colaboração e assistência, inclusive em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais, mediante a assinatura de convênios.

Art. 3º Integram a estrutura organizacional do Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos - Nurce, servidores policiais civis e militares quando solicitados pelo Delegado Geral da Polícia Civil, na medida das necessidades do órgão.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que encontra-se ocorrendo vários tipos de crimes econômicos, cria-se o Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos - Nurce, o qual terá competência e capacidade de agir em todo o Estado do Paraná, sempre coordenado e subordinado ao Delegado-Geral da Polícia Civil. Com a criação desse Núcleo, os policiais somente realizarão serviços referentes a crimes econômicos e com isso as investigações terão uma continuidade e maior rapidez na conclusão dos inquéritos policiais.

Propõe-se, assim, que seja criado, através deste projeto de lei, o Nurce, que hoje funciona sob égide de norma infralegal da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Havendo mudança de titular ficará o funcionamento do Nurce dependendo da nova equipe da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 742/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica, pela presente lei, declarada e reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais de Ponta Grossa/PR, Associação Civil, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Ponta Grossa - PR, sem fins lucrativos, sem ideologia partidária e sem discriminação racial ou religiosa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

Com os estatutos devidamente registrados, a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais - Ponta Grossa - PR, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, sem ideologia partidária, sem discriminação racial e religiosa; visa ainda incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social para uma maior participação, melhorando a condição de vida da população carente e de seus associados, através de uma educação popular, promovendo ainda integração do programa com órgãos oficiais que atuem no campo social.

#### PROJETO DE LEI Nº 743/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Organização Família Legal - Famileas, fundada em 12.10.2002, com sede à rua Dr. Corrêa Coelho, 744, apto. 606 - Jardim Botânico e com domicílio e foro na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A Organização Família Legal - Famileas, CNPJ nº 05.416.975/0001-19, foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e que consta no processo MJ nº 08071.000196/2005-23, conforme despacho da Secretaria Nacional da Justiça, de 19.04.2005, publicado no Diário Oficial de 02.05.2005, conforme demonstra a Certidão e a cópia do Diário Oficial em anexo.

Sendo uma entidade sem fins lucrativos, tem como objetivo contribuir tecnicamente no fortalecimento dos vínculos familiares, desenvolvendo entre todos os integrantes da família a importância dos valores morais, sociais e produtivos para a interação social e comunitária, desenvolvendo vários projetos junto à comunidade divulgando e promovendo conteúdos culturais e conceituais para o atingimento dos seus objetivos. Trabalho este já reconhecido pela comunidade e pelo Governo Federal, como pode ser visto pelo fato de ter sido reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público pela Secretaria Nacional de Justiça.

#### PROJETO DE LEI Nº 744/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia do Diretor e da Diretora de Escola, a ser comemorado no dia 12 de novembro, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º A data estipulada pelo artigo anterior deverá fazer parte do calendário estadual de eventos e comemorações.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

A função de Diretor de Escola seja ele da rede pública estadual, municipal ou particular, exige dos seus

titulares uma carga excessiva de responsabilidade que muitas vezes extrapolam os horários normais de expediente. Além disso, muitas vezes a função é exercida a custos altos à própria família, sem contar que muitas vezes na ânsia das realizações de obras ou compras de materiais, o próprio capital da família do diretor e/ou diretora, fica colocado em risco.

A ajuda de custas de Diretor ou Diretora é tão pequena que muitas vezes não compensa os riscos que corre. São riscos mesmo, pois, os diretores enfrentam verdadeiras quadrilhas de tráfico de drogas que atuam dentro, fora ou nas proximidades da escola.

São verdadeiros heróis no exercício da sua função.

Pretende, o presente projeto, homenagear esses abnegados da educação que dedicam os melhores dias de suas vidas na administração do bem público.

Por isso, pedimos a colaboração dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O controle sobre a exploração dos serviços de água e esgoto por parte da Sanepar está sendo questionado em alguns municípios com o vencimento do contrato de trinta anos com algumas cidades do Estado do Paraná. Em Londrina, a renovação do contrato está sendo discutida e o que estamos propondo é a discussão, o debate e acima de tudo o encontro de idéias envolvendo os especialistas, a sociedade e seus representantes. As cidades têm competência para explorar esse serviço com qualidade?

Essa é uma indagação que merece ser respondida durante essas discussões. A Sanepar é uma empresa estatal que detêm o serviço nas principais cidades do Estado do Paraná, mas existe em alguns municípios o modelo municipalizado da exploração dos serviços de água e esgoto, que vem dando certo. Hoje, a grande discussão, tanto em Brasília e até em alguns países do mundo e inclusive a própria Organização das Nações Unidas indica que é necessário esse bem essencial à vida, que a água esteja sendo explorada por aqueles que têm condições de garantir qualidade, preço justo, mas acima de tudo o esgoto tratado, saneado, coletado para a maior parte da população. Os municípios paranaenses ainda não atingiram um nível de excelência condizente com o que manda a própria Organização das Nações Unidas. Há necessidade de se investir bastante na questão do saneamento. O Governo do Estado consegue recursos externos, inclusive a fundo perdido, por parte de alguns países e de

algumas instituições internacionais que dão crédito para esse serviço.

Estamos debatendo essa questão e a nossa preocupação é muito grande. Londrina já explorou o serviço através do Município e hoje há essa polêmica em torno de quem tem o direito e de quem é o dever de explorar o serviço de água e esgoto. Sabemos que os pequenos municípios não podem arcar sozinhos com essas despesas e os grandes municípios, através do subsídio cruzado, estão financiando esse serviço, mas também não é justo que eles paguem sozinhos. É obrigação do Estado, através dos organismos que ele já possui, fazer a boa prestação dos serviços de água e esgoto.

Qualidade com bom atendimento e tarifas baixas. É isso que estamos propondo e essa é a nossa preocupação. Entendemos que qualquer tipo de colocação apaixonada ou político-partidária que possa levar a este ou àquele procedimento, pode vir a inviabilizar inclusive uma discussão mais profunda e mais honesta.

Quero deixar registrado, Sr. Presidente, nesta Casa de Leis, o nosso pronunciamento e a nossa preocupação para que essa questão seja debatida de forma isenta, técnica e séria - é claro, com todos os representantes da sociedade sendo ouvidos, porque não pode um governante agora, de forma atabalhoada, fazer um contrato que possa prejudicar a exploração desses serviços para os próximos trinta ou quarenta anos, principalmente neste momento em que o mundo todo discute a questão da exploração da água e nós somos uma região privilegiada, com nascentes, estamos em cima do maior manancial de água do mundo que é o Aquífero Guarani, o antigo Aquífero Botucatu. Mas, nem por isso vamos desleixar dessa questão, principalmente porque nações poderosas do mundo estão de olho na água brasileira, principalmente no manancial do norte do país e a nossa região, repito, recebeu uma bênção de Deus, mas cabe a nós, homens, saber gerir com responsabilidade e, acima de tudo, com independência essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

### ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Hermas Brandão; Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna neste Pequeno Expediente, na tarde de hoje para trazer ao conhecimento notícias que possivelmente já foram veiculadas pela imprensa. Um fato importante, na semana que passou: na quarta e quinta-feiras, aconteceram as eleições para eleger o Reitor e a Vice-Reitora da Universidade Federal do Paraná. A Universidade Federal do Paraná é o maior centro de difusão do conhecimento do saber e o maior centro de inteligên-

cia e de tecnologia que o nosso Estado tem. Essa é uma entidade que faz parte do sistema de ensino superior brasileiro e que tem, entre uma das suas características fundamentais, a democracia como norma construtiva dessa instituição. Os professores e os intelectuais, há muitos anos, lutam pela manutenção e a construção de uma sociedade democrática. O conhecimento, o debate das idéias o florescimento da população, de certa maneira, confundem-se com o surgimento da democracia, na história da humanidade. E para nós, do Estado, é muito importante e motivo de regozijo, mais uma eleição realizada na Universidade. Votaram perto de mil e oitocentos professores, entre professores da ativa e aposentados; votaram perto de quatro mil e duzentos funcionários técnicos-administrativos; e perto de sete mil estudantes universitários.

O atual Reitor, Sr. Carlos Moreira, sagrou-se vencedor do pleito, disputando com o Francisco e com o José Cid. Ele obteve 46,66% dos votos. O Francisco 41,95%, e o Cid, 11,38%. É importante destacar que essa vitória está dentro de um processo iniciado pelo Reitor que, no nosso entender, democratiza ainda mais a academia, a universidade, não só no Paraná, mas uma tendência da universidade pública federal em todos o Brasil. A nossa universidade foi pioneira em debater, no seu Conselho de Administração, e aprovar uma medida polêmica que foi fruto do amplo debate nesse processo eleitoral e que trouxe à luz uma discrepância dentro do ensino público superior brasileiro. Cursos de medicina, de odontologia, de direito, engenharia civil, de engenharia elétrica, de veterinária, de agronomia, quando chegam no segundo, terceiro ano, por várias razões apresentam vagas ociosas. E a tradição era permitir que aquela vaga abandonada por um aluno, por uma razão ou por outra, continuasse aberta durante toda a grade curricular. Então, uma das medidas para corrigir uma distorção como esta, trazida pela atual administração, foi o Provar, isto é, os alunos das instituições privadas, dos cursos que possuíam vagas por abandono de qualquer natureza, eles se inscreviam para concorrer ao preenchimento da vaga.

Qual era a lógica deste raciocínio? Se a universidade é pública, se os impostos da Nação estão pagando a grade curricular, estão pagando o laboratório, estão pagando os professores, não era justo que se permitisse que um aluno, com dificuldade extrema, tivesse que pagar com recursos da sua família, um curso numa universidade particular enquanto uma vaga na universidade pública continuasse em aberto.

Então, esta medida, como a de cotas que garantiu a presença, sobretudo da comunidade negra, dos afro-descendentes, no Estado do Paraná, com presença no ensino superior da universidade, de certa maneira eu diria que não foram somente esses fatores que o fizeram sair vencedor no pleito realizado na semana passada.

Quero deixar, em meu nome, meus parabéns à chapa constituída pelo Carlos Alberto Moreira e sua Vice, a Dra. Márcia, e também aos outros concorrentes porque afirmaram a tradição democrática da Universi-

dade Federal do Paraná e desejar que nessa próxima gestão a universidade possa dialogar cada vez mais com a sociedade, e contribuir, de forma decisiva, ao desenvolvimento econômico e científico do Estado do Paraná e sobretudo que possa contribuir para afirmação da democracia no nosso país.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado José Maria Ferreira.

**Deputado José Maria Ferreira**  
(PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta Casa, no início de outubro, aprovou a realização de audiência pública a ser realizada na cidade de Assaí, para discutir o agronegócio no Estado do Paraná, com perspectiva de apresentação de soluções e encaminhamento às autoridades federais.

Tenho a satisfação e o prazer de comunicar ao Plenário que foi realizada no último dia 24 de novembro, na cidade de Assaí, no recinto da Sama - Sociedade de Amigos de Assaí, a referida audiência. Para lá acorreram aproximadamente setecentos agricultores, lideranças sindicais, prefeitos, vice-prefeitos, ex-prefeitos, vereadores do núcleo regional de Cornélio Procópio e do núcleo de Londrina. Estiveram representadas a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, sindicatos rurais diversos, da região, a Ocepar, as cooperativas integradas, Corol e Cocial, a Sociedade Rural do Norte do Paraná, o Banco do Brasil, através da sua superintendências de negócios agropecuários, a Emater, o Iapar, a Embrapa, a Claspar, Apasem, Seab e Ceasa.

Ainda estiveram, além deste Deputado, o Deputado Luiz Nishimori, o Deputado Federal, Alex Canziani.

Além da presença de lideranças e produtores, Sr. Presidente, no momento em que também justificamos a ausência do Presidente, por compromissos firmados anteriormente, tivemos o apoio do comércio da cidade de Assaí, que fechou, em solidariedade ao grave momento em que vive a agricultura daquela região. E tenho certeza que não é diferente do Estado do Paraná. Mas dadas as discussões e apresentação de soluções que foram feitas através da Emater e da Secretaria da Agricultura, do Paraná Programa Biodiesel, também foi tirado uma carta de Assaí que consta de quatorze pontos. Vou ler alguns.

(Lê):

01) *Cumprimento da Lei Agrícola nº 8.171 de 1991, salientando-se os seguintes itens:*

a. *seguro rural eficiente que possibilite ao produtor o planejamento da sua atividade, bem como, assegurar renda;*

*b. cumprir a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM;*

*c. desonerar e simplificar a tributação incidente nos fatores de produção (fertilizantes, máquinas e implementos, defensivos agrícolas, sementes, combustíveis, entre outros);*

*d. financiamento em montante suficiente, momento oportuno e a custos compatíveis com a atividade;*

*e. intensificar as ações de Defesa Sanitária Vegetal e Animal;*

*f. apoio à agricultura familiar.*

*02) salvar contra as importações de trigo durante o período de colheita e comercialização (set/fev);*

*03) mudança na legislação de cabotagem, no sentido de permitir a participação de navios de bandeira estrangeira;*

*04) modernização do porto de Paranaguá, com a liberação do embarque de OGMs;*

*05) redução do valor do pedágio para o transporte de produtos agropecuários;*

*06) permissão para importação de defensivos agrícolas no âmbito do Mercosul, cujos princípios ativos já possuem registro em nosso território;*

*07) liberar a produção e comercialização de defensivos agrícolas genéricos;*

*08) incentivar a pesquisa estadual e fomentar a produção do Biodiesel, bem como, democratizar a sua comercialização.*

Hoje, não podemos importar produtos defensivos da área do Mercosul. Primeiro, precisa ter registro no Brasil. Aí é que incorre que um item custa R\$ 23,39 o pacote de 10g no mercado nacional e o Paraguai consegue colocar, via contrabando, a R\$ 3,00. Empurrando, inclusive, o produtor rural, à ilegalidade.

Item 09: *Reestruturar e modernizar a pesquisa estadual, com ênfase para o Iapar.*

Colocar todo o volume de recursos em cima do Iapar para que ele possa modernizar a sua estrutura de pesquisa.

*10 - Renegociação e alongamento da dívida dos produtores rurais da nossa região.*

Estamos sentindo que agricultor - que antes tinha o financiamento via Banco do Brasil, que é o único Banco que efetivamente financia - deixou de ir ao Banco do Brasil porque não conseguia mais cumprir os seus compromissos. Passou a ser financiado pelas cooperativas. Em dado momento, não conseguiu cumprir os seus compromissos com a Cooperativa; fecharam-lhe as portas, as cooperativas e o Banco do Brasil, e hoje ele está indo a fornecedores. Está cada vez mais complicado. Hoje, ele está hipotecando parcelas do seu patrimônio para financiar a produção da nossa região.

É por essa razão que precisa haver rapidamente uma reescalonamento e um alongamento da dívida dos agricultores, caso contrário não teremos agricultura atuando para os próximos anos.

*11. Flexibilizar a legislação trabalhista para o setor rural.*

Nós não podemos ter uma legislação trabalhista que tenha as mesmas vinculações e as mesmas exigências do plano urbano e, sobretudo, que imponha a multinacionais e a empresas com controle, com capacidade de gerenciamento, a mesmo que é posta ao agricultor que tem um, dois, três funcionários.

Então, há necessidade de uma flexibilização para que volte a empregabilidade também no campo, criando uma política cambial específica às exportações de produtos agropecuários; realizando estudos sobre aptidões e potencialidades agropecuárias regionais com posterior apresentação de futuros empreendedores. A Emater já vem fazendo parte. Isso já estamos fazendo através dela, a Emater. A nossa região - Andirá e Cambará - onde não se plantava nenhum pé de banana, hoje tem 322 hectares plantados, de fruto da busca de alternativa e de um trabalho incessante da Emater junto com a Embrapa, com o Iapar, além de cítricos, além de produtos hortifrutigranjeiros que têm buscado suprir à necessidade de renda do agricultor. E como último item a pauta de reivindicações apresentadas por aquela audiência pública:

*Desdobrar esta audiência em sessões regionais com posterior fechamento da Assembléia Legislativa de uma grande audiência pública para tratar da agricultura do nosso Estado.*

Para isso, concito o Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, a estimular nas demais regionais e também criar audiência pública para que possamos discutir e fazer um grande fechamento dessa questão na Assembléia Legislativa, que tenho certeza, para cá correriam centenas de agricultores, técnicos, pessoas envolvidas com a produção rural do nosso Estado, dispostas a buscar um caminho, não porque querem, mas para que possam continuar a sobreviver no campo e na sua atividade principal.

Além do fechamento dessa audiência pública também foi apresentado, - Deputado Luiz Nishimori esteve presente - a audiência pública por um jovem de 12 anos, aluno da Escola Municipal Princesa Izabel, A Secretaria de Educação Municipal mobilizou as escolas em função da audiência pública que estava realizando, sob o tema das dificuldades econômicas por que passam os nossos agricultores. E nessa mobilização, o jovem de nome Rodrigo, sagrou-se vencedor da redação. E o tema que ele teceu, foi justamente o jovem que estava perdendo o espaço da agricultura e o desmantelamento, não só da capacidade produtiva dos seus pais, mas da família. Foi um momento comovente!

Esse jovem narrou as dificuldades de outros dois amigos seus, da seguinte forma: que seus amigos, o pai, a família, viviam há anos trabalhando o solo e em função das dificuldades, o pai foi para os Estados Unidos. A mãe seguiu no dia 18 de novembro, também para os Estados Unidos. Ele foi para a casa dos avós e outro, de onze anos, para a casa de uma das tias.

Evidentemente, ele narrou no linguajar de uma criança de doze anos, a separação da família em função das dificuldades econômicas. E não era nenhum despossuído de terra. Era um cidadão com dez alqueires que hoje não consegue sobreviver, pelos seus altos índices de endividamento.

Concedo aparte ao Deputado Elton Welter.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB***

### **O Sr. Elton Carlos Welter (PT)**

Seu pronunciamento é muito feliz, é uma situação vivida pela agropecuária como um todo, no Estado do Paraná. Nós também presenciamos isto no Oeste do Paraná. O que não podemos esquecer, neste contexto todo, que a safra de 2003, uma safra das melhores que houve, e o preço da soja, por exemplo, nunca esteve nesse preço. E o dólar começou a cair e os insumos não baixavam na mesma proporção que o dólar. Os agricultores, na safra de 2003/2004, fizeram suas despesas na perspectiva de ter preços semelhantes a 2003, e se endividaram.

Infelizmente, é uma situação onde o Estado precisa fazer um “socorro” de alguns setores, prorrogar dívidas e fazer um acordo via Banco do Brasil, para que haja uma situação emergencial. Agora, há críticas de que o problema é o Governo. A própria soja, por exemplo, todos sabem que é a Bolsa de Chicago que define o preço. Esse produtor que V. Exa. falou que foi aos Estados Unidos, seria importante saber se na propriedade dele há diversificação da produção ou se ele planta só soja.

E o que precisa ficar claro para a agricultura familiar, para quem está na monocultura, infelizmente fica difícil; temos que achar fórmulas e instrumentos para que ele diversifique sua produção.

Muito obrigado.

### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Deputado Elton Carlos Welter.

Assaí é uma das regiões que mais tem buscado uma saída para a monocultura. É um exemplo para a busca de alternativas. E ele plantava, cultivava uvas. Só que a uva também chegou cinquenta centavos o quilo e inviabilizou a produção, depois de um período de duas safras seguidas; chuvas de pedras e vento, granizo e vento. A condição de viabilidade daquela região tornou-se quase que impraticável.

Mas, além disso, nós temos o Cade. Ele precisa acompanhar. O Banco do Brasil, através de seu setor de agronegócios, a Superintendência levou dados extremamente importantes em que mostra que na soja, inclusive, os preços de insumos da safra anterior para a safra atual, está em torno de 65% do que era a safra anterior. Mas, do milho e outras culturas, está girando em 85%, 90% do que era o custo da safra anterior.

Deve, sim, o Ministério da Fazenda fazer o acompanhamento através do Cade, e saber o porquê desses preços tão exorbitantes na questão dos insumos.

Reconhecemos que não tem tanta responsabilidade do Governo Federal nesta questão. Até não foi também de seu mérito, quando produziu uma bela de uma safra. Como agora não é prejuízo, responsabilidade do Governo, quando também não produziu. São circunstâncias.

Em 2002, 2003 o Paraná produziu 29 milhões de toneladas. Em 2003/2004 produzimos 22 milhões. E vamos fechar quase dezessete milhões de toneladas métricas em 2004/2005. Temos quase 50% de redução sobre o índice de 2002/2003.

É um empobrecimento do setor agrícola. V. Exa. fala da questão da soja, mas temos outros tipos, outras culturas. E a única que foi beneficiada na safra de 2003/2004, foi a soja. Outros produtos não tiveram benefício. E hoje constatamos que, quem saiu da soja naquele ano, tem mais dificuldades do que aqueles que tiveram na cultura da soja, mesmo sendo pequenos produtores.

Quero agradecer o apoio que a Mesa Executiva deu à realização da audiência pública. E espero contar com o apoio da Casa, especialmente da Mesa Executiva, para dar o encaminhamento aos órgãos, tanto estaduais como federal, da Carta de Assaí.

Muito obrigado!

### **O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Gostaria de registrar a presença do presidente eleito do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Antonina, Arivaldo Barbosa José; também do Sindicato dos Arrumadores, o Sr. Vanderlei e o Presidente do PT de Paranaguá, Marcos Escomasson.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Muito obrigado!

### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

### **O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Subo à tribuna para provocar uma prévia discussão a respeito do Projeto de Lei nº 653/2005, que vem a este plenário talvez esta semana, e que trata do reajuste dos salários dos servidores do Judiciário.

Ocorre que esse projeto recebeu uma emenda, e o nosso entendimento essa emenda não poderia ter sido admitida na CCJ. Por quê? Porque o projeto diz no seu artigo 1º: *os valores básicos dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná, vinculados à Secretaria, ao fórum judicial e aos juizados especiais, ficam reajustados em conformidade com a tabela constante do anexo 1 desta lei.*

Houve uma emenda do Deputado Delegado Bradock que diz o seguinte: *fica alterado o artigo 1º, do Projeto de Lei nº 653/2005, que passará a vigorar com a seguinte redação: artigo 1º os valores básicos dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná, vinculados à Secretaria, ao fórum judicial e aos juizados especiais, ficam reajustados em conformidade com a tabela constante do anexo 1 desta lei.*

Na sequência, o valor do VCR passa a ser corrigido automaticamente pela média do INPC, GPDI, ou os dois, ou ao que vier substituí-lo, sempre no primeiro dia útil de cada ano, a partir da sua última atualização.

Acredito que houve um equívoco quanto à apresentação dessa emenda, porque ela junta duas situações, absolutamente diferentes e que não poderiam estar nesse mesmo artigo. Por quê? Ao mesmo tempo em que ela mantém o que veio do Tribunal de Justiça, que é o reajuste dos servidores estaduais da Justiça, ela também faz, Deputado Dobrandino, um reajuste do valor de referência de custos. Então, parece-me que houve a intenção de se fazer duas emendas e faltou, talvez no processo de fazê-la, acabou sendo uma emenda só. Primeiro, como eu falei, ela junta duas matérias diferentes o que não é permitido pelo nosso Regimento Interno e, nem obviamente pela própria Constituição Federal.

Os artigos do Regimento Interno que fala as emendas, sessão quatro, na página 76, artigos 4º e 5º.

*Art. 4º Emenda modificativa é a proposição de alterar a outra, mas não descaracteriza a sua essência.*

*Art. 5º Não será admissível Emenda Substitutiva ou Aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição inicial.*

Que é o caso, não há relação entre as duas coisas. E na justificativa, em que pese todo o conhecimento que tem o Deputado Bradock, parece-me que houve uma justificativa que também não se sustenta, visto o que ela diz:

*Estamos apresentando emenda, acrescentando dispositivos que os demais estados da Nação já adotam, ou seja, a anualidade, a atualização automática para os judicados atendendo às necessidades que tem o Judiciário de modernizar e operacionalizar a máquina administrativa.*

Essa operacionalização e até mesmo a máquina administrativa é feita através do Funrejus, que nós, no ano passado, a pedido dos desembargadores do Tribunal de Justiça, já autorizamos que fossem feitos anualmente.

Quer dizer que o Funrejus anualmente já é corrigido, isso com os argumentos feitos pelos desembargadores que aqui nos procuraram. Se nós mantivermos da forma como está, o projeto como um todo, primeiro se torna, no meu entender, inconstitucional. Segundo, não fica passível em absoluto, até para que houvesse uma possível correção, de veto, nem de veto parcial, porque se vetarmos a emenda, nós vetamos o projeto como um todo.

Falava com o Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Elio Rusch, que nós temos, na quarta-feira,

uma reunião da Comissão de Finanças. Acredito que até quarta-feira acharemos uma forma de fazer com que o projeto retorne ao seu objetivo original, qual seja: fazer o reajustamento das tabelas dos funcionários do Judiciário, conforme havia sido determinado pelo Tribunal de Justiça, sem que haja um acréscimo que aumente as custas judiciais, ou seja, que faz um reajustamento no valor referência das custas, o que inviabiliza o projeto e inviabiliza também o VRC.

Era essa a consideração que eu queria fazer aqui aos senhores e, entendendo que houve, talvez com o intuito de fazer o aperfeiçoamento da matéria, uma emenda que no seu todo inviabiliza o reajuste e inviabiliza as custas. Além do que, não fica claro como deveria, no meu entendimento, ter sido feito. Mesmo porque, como eu já falei anteriormente, a justificativa não se sustenta visto que a operacionalização, a modernização, a informatização do Judiciário é feita através do Funrejus, que nós aprovamos, e não anualmente, mas, aprovamos já no ano passado o seu reajuste permanentemente, sem que precise vir mensagem para que os Srs. Deputados possam apreciar.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana próxima passada, ou seja, na última quarta-feira, eu usei esta tribuna para fazer uma denúncia sobre a balsa existente na BR-272, que liga Guaíra a Francisco Alves. Eu disse que aquela rodovia estava interditada, e que todo o tráfego foi desviado por Palotina e Terra Roxa; e que acabaram com essa rodovia que liga essas duas cidades. E depois que a rodovia estava acabada veio uma balsa sobre o Rio Piquiri, e essa balsa, liga automaticamente uma margem com a outra. A rodovia é estadual ou é federal? Ninguém quer assumi-la. Agora, como é uma rodovia do Governo, ela está interditada na ponte, é lógico, é óbvio e é correto que quem tem que pôr a balsa, não é a iniciativa privada; pode até ser uma empresa, mas custeada pelo Governo. Ora, os transeuntes, as pessoas que passam por essa rodovia, têm que pagar. Carro de passageiro, automóvel, paga 3,50 reais; um caminhão paga 10 reais; um caminhão trucado, um ônibus pagam 15 reais; a carreta, paga 20 reais e um bitrem paga 30 reais. Ora, se a rodovia é estadual ou federal, não é justo que quem se utiliza dessa rodovia, Deputado José Maria Ferreira, que pague a balsa, ainda mais em se tratando de uma rodovia totalmente esburacada entre o Rio Piquiri até a cidade de Guaíra.

Eu denunciei isso na semana passada, e qual foi a minha surpresa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana? Olha, eu fiquei completamente sem palavras, depois daquele absurdo que aconteceu na 272, que



eu acabei de dizer, com essa balsa no Rio Piquiri; nós já falamos muito aqui na Assembléia, e muitos dos Srs. Deputados também já falaram sobre isso, sobre aquele programa do Governo do Estado, ou seja, a recuperação de rodovias do Estado do Paraná.

Deputado Scarpellini, o Governo diz que são quatro mil quilômetros de rodovias recuperadas no nosso Estado. Alguns Deputados já fizeram a denúncia das rodovias que foram recuperadas, diz que estão estragando todas, e cheias de buraco.

Deputado André Vargas, a minha cidade, Marechal Cândido Rondon e o Distrito de Porto Mendes, o asfalto segue, liga ao município de Mercedes, conforme o relatório e o mapa do Governo do Estado, a rodovia está pronta, ao mesmo a pintura é nova. E o que tem nessa rodovia? Cheia de buraco e cheia de panela. Agora, o que presenciei, Srs. Deputados, no último sábado, e para não dizer que fica apenas nas minhas palavras, registrei com uma máquina fotográfica, a foto ficou bonita, você olhando na fotografia, é linda, uma sinalização, uma pintura, aparentemente bonita.

Que rodovia é essa aqui? Essa aqui é a rodovia que liga Umuarama a Maria Helena. Não faz trinta dias, Deputado Anibelli, segundo informações que nós colhemos dos moradores, que essa empresa pintou esse asfalto e recuperou essa rodovia. Essa rodovia é de Umuarama a Maria Helena. Aparentemente está pronta. E aí segue de Maria Helena a Nova Olímpia. Lá, a empresa ainda continua trabalhando. Mas, qual a nossa surpresa, quando andamos - eu e o Deputado Sciarra e mais a nossa assessoria - nessa rodovia: andamos alguns quilômetros e de repente deparamos com uma barreira. Perguntei a um menino que estava lá, por quê? Estão reformando o asfalto. Mas, ele não é novo? Sim, mas deu problemas. Fotografei próximo. Quero fazer chegar às mãos dos Srs. Deputados, tenho diversas fotografias e quero fazer chegar às mãos da imprensa do Estado do Paraná também, as fotografias que tiramos no sábado.

A foto, para que os senhores possam se localizar, é a seqüência dessa foto onde que está a barreira, Deputado Reni Pereira.

Olhando nessa fotografia mais de perto, tem uma sinalização bonita, nos fundos, lá longe, distante, dá para ver as pessoas trabalhando nessa rodovia. Então, a rodovia está cheia de buracos. E qual foi a nossa surpresa, Deputado Marcos Isfer? Tem uma retroescavadeira tentando arrancar aquela camadinha e não conseguiu. O que eles fizeram? Estavam lá com uma picareta e com uma enxada manual tirando aquela casquinha que eles jogaram por cima daquele asfalto. Confirmou-se aquilo que denunciemos na semana passada, quando o Deputado Durval Amaral, diversos outros Deputados da Oposição na Assembléia Legislativa, denunciemos que a recuperação dessas rodovias no Estado do Paraná, não passava de uma pintura de asfalto que na primeira chuva estragara. Está aí a prova. A empresa ainda está trabalhando. Nem sei, Deputado Anibelli, se essa empresa já entregou a

obra. Acredito que não. Porque o trecho entre Umuarama e Maria Helena está pronto; entre Maria Helena e Nova Olímpia eles estão trabalhando.

Mas, essa fotografia, Deputado Rafael Greca, V. Exa. que é engenheiro, vou fazer chegar em suas mãos também essas fotos para mostrar o que está acontecendo com o programa da recuperação das rodovias no Estado do Paraná. A propaganda é linda! Ela é magnífica, com o repórter das estradas.

Agora, Deputado Rossoni, a dúvida é exatamente quanto tempo dura esse asfalto? Com que espessura se faz? Ou seja, tapa-buraco ou aquela pintura que eles fazem no asfalto.

A durabilidade está aqui comprovada no município de Umuarama e Maria Helena.

Caso o Governo do Estado ainda não tenha recebido essa rodovia - não sei se recebeu ou não - porque ela é nova e já estão reformando o asfalto recuperado. Que coisa, Deputado Rossoni. Onde é que chegamos. É lamentável, Deputado Plauto, que isso aconteça no Estado do Paraná!

Ora, para quem tem cento e quarenta milhões para gastar na mídia, com toda certeza pode mostrar os melhores trajetos como esse aqui.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. já está no Horário da Liderança?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Ainda não.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

A Presidência está dilatando o prazo? Sr. Presidente, consulto V. Exa: o Deputado Elio Rusch está no Horário da Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Está no Horário da Liderança, portanto tem dez minutos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Estou no Pequeno Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Está no Pequeno Expediente? Então, V. Exa. está com o tempo encerrado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Uso o Horário da Liderança do PFL, então.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

V. Exa. vai usar mais dez minutos do Horário do PFL, no entanto descontando cinco que já usou.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, então não uso, vou usar depois do Horário do PFL. Tenho dez minutos. Desço do palanque

e subo depois, novamente. Dê-me dez minutos que cedo o espaço. Uso o horário do PFL.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado Elio Rusch, não estamos no palanque, estamos na tribuna e não vamos ofendê-la; o que V. Exa. defende tão bem. V. Exa. chama de palanque. palanque é quando estamos lá, fazendo demagogia. Sei que V. Exa. está tratando de um assunto seriíssimo, que é sobre uma estrada que V. Exa. conhece muito bem e se por acaso essa empreiteira, que fez um acordo com o Governo, não está cumprindo com a proposta ou com o documento assinado, V. Exa. tem toda razão em querer.

Solicito a V. Exa. que requeira, através desta Casa, para que o DER ou a Secretaria dos Transportes informe V. Exa. para que possamos, talvez, fazer uma verificação para ver se não estão roubando o Estado. Porque me lembro no passado, no Governo anterior, fazia-se essa picaretagem de pintar asfalto - e não algumas estradas -, não estou dizendo todas. Pode ser que esta empresa que está realizando a dita obra, não esteja cumprindo com a seriedade de um contrato que é feito no nosso Governo.

Obrigado, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Eu queria entender a matemática de V. Exa., como Presidente, porque o Deputado que está na tribuna usando o Pequeno Expediente falou nove minutos e quando V. Exa. falou em negociação, ele tirou o pedido do Partido, que teria mais dez minutos, para poder falar mais quatro. Mudou o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Não é tão difícil V. Exa. entender. Explico com simplicidade. O Deputado Hermas Brandão que presidia a Mesa, acabou colocando dez minutos no lugar de cinco. Então, ele acabou falando dez.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. vai descontar o horário do PFL?

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Não posso descontar o horário, porque ele desce da tribuna, volta e não vai resolver. É melhor um bom entendimento do que uma grande demanda.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para felicitá-lo pela liberalidade com o Deputado da Oposição, Elio Rusch, porque acho que o tempo é uma invenção infernal. Deus é eterno e a verdade às vezes precisa de mais tempo do que os cronômetros mostram, para aparecer. Não acho mal que o Deputado reclame de uma estrada que ele acha que não está sendo bem feita a conservação, na sua região, embora eu confie no meu colega engenheiro Rogério Tissot.

Acho muito importante que ele tenha todo o tempo para falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Procede a sua Questão de Ordem, porque nada está a nos atropelar. O tempo é bastante extenso.

Por isso, V. Exa., por favor, continue a falar em nome da Liderança do PFL.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PFL***

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço, Sr. Presidente. Sei que não fui apartado, mas por Questão de Ordem me tiraram quase três minutos. Compensou o tempo que usei no Pequeno Expediente.

Digo aos Srs. Deputados, especialmente ao Deputado Antonio Anibelli que, se houve erro no governo passado em relação a empresas que não têm cumprido com o contrato - acho que é muito fácil - podemos perguntar ao Deputado Nelson Justus que está aqui na Assembléia, que foi Secretário dos Transportes. Não estou dizendo que o governo tenha recebido a obra. Eu acredito que não. Não é só essa rodovia, Srs. deputados. Existem outras rodovias no Estado do Paraná, que também foram recuperadas e pintadas e estão esburacadas. Deputado Rafael Greca: não é da minha região, é da região de Umuarama. Passei por lá por acaso, no final de semana. Umuarama não é a minha cidade e nem Maria Helena. Mas como passei pela rodovia, achei digno de registrar e denunciar aqui na Assembléia Legislativa.

Não é só isso, tem mais. Tem uma outra rodovia que liga o município de Itapira a Santa Mônica - e falo com muita tranquilidade, porque são também municípios onde eu atuo. Deputado Rafael Greca, também passei por essa. O senhor confia no Rogério Tissot? Eu lhe convido a irnos lá. Eu lhe trago a fotografia, entrego-lhe prazerosamente. Essa primeira foto, Deputado Rafael Greca, o senhor pode ver a pintura bonita e a segunda é uma sequência. E diversas rodovias no Estado do Paraná estão nas mesmas condições.

Mas, há outra denúncia ou observação que gostaria de fazer, que é sobre a rodovia que liga o município de Tapira a Santa Mônica. Existe um rio chamado Ivaí e lá tem uma balsa e essa ponte é uma obra de arte - essa foto também vou entregar para os senhores e para a imprensa do Paraná. Essa ponte foi construída pelo governo anterior 100%. O que falta? Falta o aterro nas cabeceiras da ponte. Só isso! E o Roberto Requião está há três anos no Governo e não consegue fazer os aterros para ligar duas cidades, a ponte 100% concluída. Olha, não entendo muito, mas pelas dimensões, essa ponte tem uma altura em torno de trinta a quarenta metros e um comprimento de duzentos metros, mais ou menos. Não tenho certeza, mas é uma obra de arte - totalmente pronta e não se faz as cabeceiras. Aí, temos que atravessar por balsa, e para que não paire dúvida, peguei um recibo do pagamento.

Sabe quanto pagamos para atravessar à balsa? R\$ 11,00 um automóvel. Esse rio deve ter que largura? Cento e cinquenta metros, cem metros, um pouco mais ou um pouco menos. Foram R\$ 11,00 que paguei pela travessia, na balsa sobre o Rio Ivaí, que liga o município de Tapira com Santa Mônica.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

V. Exa. não está insinuando que tem sócio da balsa?

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Não, em absoluto! Espero que não!

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Só para dizer que olhei atentamente com meus óculos de grau as suas fotografias e o que percebo é que além de terem sido feitas em hora diferente, por causa da sombra do arvoredo, elas são duas fotografias de lugares diferentes.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Não, senhor! O senhor não duvide! O senhor está mentindo. Essas fotos tirei na mesma máquina, no mesmo dia e na sequência.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Uma fotografia tem uma árvore e a outra não tem. A árvore saiu andando?

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Não! O senhor tem que entender a fotografia! Uma foi tirada de longe e a outra de perto! Foram tiradas no mesmo instante!

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Árvores não andam, Deputado Elio Rusch!

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Mas não é árvore! Deputado Rafael Greca, V. Exa. dê uma olhada!

Se o senhor olhar os buracos aí, verá que são daqueles caminhões que você vê aqui!

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Está assegurada a palavra a V. Exa.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Deputado Rafael Greca, se o senhor usou o seu óculos de grau, vai no seu oftalmo e pede para trocar. Porque se o senhor vir, uma foi tirada de longe e a outra bem próximo, tanto é que o Deputado José Maria já lhe corrigiu.

(Discussão)

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Deputado Elio, conceda-me um aparte; quero contribuir com o seu pronunciamento.

Quero crer que os borracheiros do Rafael Greca não estavam nesse trecho aí para dizer que o asfalto está lisinho, lisinho.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Concedo um aparte ao Deputado Nelson Garcia.

**O Sr. Nelson Garcia (PSDB)**

O senhor está falando das minhas cidades: Umuarama e Maria Helena, e digo a V. Exa. que tenho que agradecer ao Governo. Não estou “puxando o saco” de quem faz política naquela região. Umuarama passa por um processo de chuva há mais de noventa dias e esse asfalto não foi entregue ainda. E Umuarama é uma região diferente da região Oeste; o asfalto é de areia, arenito e cauiá, portanto derrete, e a empresa tem uma dificuldade mas, está consertando. Não podemos julgar por essa questão.

Outra questão que coloco é da ponte. Posso falar dela porque fui eu que levei, junto com o Heinz, todos os prefeitos da região, e consegui aquela ponte, e fui eu quem cobrou o Governo Requião, também. Mas, tem uma questão: o Requião teve um impedimento jurídico para fazer aquele aterro. Hoje está sendo feito, porque eu também estive lá visitando as obras. Está demorando? Realmente está, mas só que houve um impedimento jurídico. Quero dizer para V. Exa., com muito orgulho, que começamos no Governo passado, porque conseguimos, junto ao Secretário Heinz, e está sendo terminada neste Governo com muita demora, mas não é culpa do Governo; é uma questão jurídica.

Muito obrigado!

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Deputado Nelson Garcia: V. Exa. não esteve presente quando comecei a falar. Eu disse e deixei claro que a obra havia sido entregue. E tanto é que eu sou tão ético que antes de vir à tribuna, fui falar com V. Exa. Então, não posso permitir que V. Exa. venha chamar a minha atenção: “que você não foi, que não é minha região”.

Sei do trabalho que V. Exa. fez, deixei clara a minha posição, que não é da minha base, não são do meu município essas obras, mas quando o dinheiro público...

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado José Domingos Scarpellini.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho o dever e a obrigação de vir à tribuna hoje para relatar um fato ocorrido...

Sr. Presidente, é que há uma discussão, e assim, acho que não tem condições. Vou esperar as pessoas terminarem toda essa discussão e depois eu começo o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem assento para que o ilustre Deputado Scarpellini possa fazer o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na quarta-feira passada, estive na cidade de Apucarana respondendo a um procedimento judicial movido pelo Prefeito daquela cidade contra a minha pessoa. Compareci ao fórum no horário marcado, fui ouvido pela Sra. Juíza de Direito da Comarca. E à noite, quando me recolhi ao hotel daquela cidade, às 22 horas, o funcionário do hotel havia me dito que tinha uma notícia na televisão sobre uma crítica que eu havia feito ao Prefeito daquela cidade. E ele então me disse que eu estava certo e que eu deveria tomar aquelas providências, realmente. Foi quando disse a ele que iria entrar com uma ação popular contra ato do Prefeito em fazer doação de terras num parque esportivo para algumas empresas instalarem os seus campos de trabalho e produção.

Eis que surge um cidadão de menos de 1,60 de altura, de bermuda, uma camiseta rastafari, como se estivesse numa praia e se dirige à minha pessoa e diz: “o senhor não deve fazer esta ação popular, o senhor deve comunicar este fato à Promotoria Pública e os promotores vão tomar as providências.” Eu disse a ele que não mandaria à Promotoria Pública e que iria entrar, sim, com uma ação popular na comarca de Apucarana. Esse elemento se vira para a minha pessoa e pergunta: “o que o senhor tem contra Promotor?” Eu disse que não tinha nada, mas que tinha uma opção pela via direta da ação popular e que eu não iria à Promotoria. E ele então me disse: “o senhor está me desacatando porque eu sou promotor público aqui na comarca de Apucarana e vou prendê-lo por desacato. Eu, estarrecido diante daquela pequena figura perguntei quantos deles viriam para me prender. E ele disse: “o senhor vai ver como é que vamos fazer a sua prisão já!”

Num telefone celular, que era bem parecido até com ele, um pequeno telefone celular, ele aciona a polícia, que chega em três viaturas, comandadas por um tenente e seus subalternos e cercam o Hotel Palace, em Apucarana. Descem os soldados comandados pelo seu oficial e chegam até à recepção. Três viaturas para prender o Zé Scarpellini! Aí ele dá ordem para o tenente que diz: não vou prender o Deputado - mas é uma ordem minha. - Eu não cumpro ordem sua, cumpro ordem de meu superior. - Mas estou mandando, é da Justiça que estamos falando, o senhor tem que prendê-lo.

O tenente diz: - doutor, é o seguinte: da Justiça eu cumpro ordem do juiz. Se o senhor trouxer ordem do Juiz de Direito eu vou prender o deputado, fora disso, não!

Resultado: Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu disse àquela figura, representante do Ministério Público: não exagere, o senhor está acostumado a falar em prender, processar as pessoas, como o senhor já fez comigo em caso que não devia ter feito, em caso que já tem trânsito em julgado no Tribunal de Justiça; o senhor repetiu a ação novamente! Para o senhor não passar vontade, como o senhor quer que eu vá até a Delegacia, como eles não querem me prender e como eu também não vou me deixar prender, vou à Delegacia e vou fazer uma queixa contra V. Sa.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

V. Exa. deseja usar o Horário da Liderança?

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Acho que deve ser dado todo tempo ao Deputado Scarpellini, porque se trata de uma agressão à Assembléia que é qualificada na pessoa dele, Deputado.

O Ministério Público é importante demais para o Brasil e para exorbitar das suas funções.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Procede a sua Questão de Ordem e eu gostaria de perguntar ao Deputado Scarpellini o nome do Promotor.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PP/PSB***

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Vou chegar na queixa formulada por ele, contra a minha pessoa e na minha contra ele.

Dr. André Delgrossi Assunção.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Se me permite, Deputado Scarpellini, esta Presidência quer associar-se ao seu problema com o Promotor, tendo em vista que V. Exa. é detentor de imunidade parlamentar e o promotor, evidentemente não tinha nenhum poder de prendê-lo. Então, V. Exa., por gentileza encaminhe à Mesa que certamente o Presidente Hermas Brandão fará, por escrito, uma reclamação ao Ministério Público Estadual.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Quero continuar para expor e para que fique bem claro o que aconteceu comigo e que deve estar acontecendo em algumas comarcas, em alguns municípios onde os prefeitos e os vereadores estão sendo subjugados pelo Ministério Público, por alguns promotores, no abuso da sua autoridade. Porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu me desloquei do hotel até a Delegacia de Polícia, a pé,

andei quase quatro quilômetros de Apucarana até a Delegacia, que fica perto, no bairro da Igrejinha, próximo ao cemitério. Quando lá cheguei encontrei o Dr. André fazendo suas declarações. E ele demorou mais alguns minutos. Quando o escrivão foi colocar as declarações dele no papel, gravar, o computador não salvou e caíram as declarações. Aí ele se revoltou contra mim, contra o escrivão, contra todo mundo. Foi quando a delegada do plantão da meia-noite disse: “Excelência, vamos subir e eu vou fazer as suas declarações.” E aí foi feito então o termo com as declarações do Dr. André.

(Lê):

*O noticiante se encontrava no Hotel Palace e se dirigiu à pessoa do Deputado José Scarpellini e este o desacatou. E ele então acionou a Polícia Militar que compareceu e convocou o Deputado... - não é verdade, eu fui de espontânea vontade, fui a pé inclusive - ...a ir à Delegacia de Polícia, onde foi lavrado o presente termo circunstanciado.*

E aí lavrei uma queixa contra ele por constrangimento. E ele, uma contra a minha pessoa, por desacato. E a Justiça lá em Apucarana, nas Pequenas Causas vai nos ouvir no dia 11 de janeiro de 2006. O que também não é legal. Eu vou lá, mas o lugar seria o Tribunal de Justiça onde nós, os Deputados, temos foro privilegiado. Não pela nossa vontade, mas pela nossa necessidade, para que não fiquemos nas mãos de um ou de outro, de um delegado, de um promotor, de uma pessoa que por uma ou outra razão quer nos processar e nos prender.

#### O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Sr. Deputado, V. Exa. irá nesse dia se pretender, caso contrário poderá escolher o local para dar o depoimento. Poder ser aqui na Casa, na data que V. Exa. entender.

#### O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado.

Eu comecei a discussão há algum tempo aqui e a Assembléia votou uma proposta minha para que o Ministério Público mandasse para esta Casa o quanto tem gasto com pessoal; o quanto gastou no orçamento do ano passado. E as informações vieram. No período desse meu pedido de informação, que foi aprovado pela Casa, eu sofri quatro procedimentos de ação civil pública na comarca de Apucarana.

E quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma ação civil pública que esse mesmo promotor propôs contra a minha pessoa, o Tribunal de Justiça já havia julgado a ação criminal que já tinha sido proposta em 1993. E o Tribunal de Justiça entendeu em me absolver por falta de provas e de justa causa, uma vez que a Promotoria alegava que eu havia pago um valor maior de uma área de terras de três alqueires e as perícias que foram realizadas no processo criminal, encontraram que o valor pago pelo Prefeito era inferior ao que valia aquela propriedade desapropriada e um Acórdão do Tribunal de Jus-

tiça me absolveu na ação criminal, baseado em que o Prefeito pagou o valor aquém do que valia.

Havia uma segunda ação que era uma Ação Civil Pública, lá na comarca de Apucarana e o juiz de Apucarana, que também mandou fazer uma perícia, me absolveu, dizendo que o valor pago é inferior ao praticado no mercado imobiliário daquela Comarca, conforme perícias tais. Muito bem. Fui absolvido criminalmente e, no Cível, houve o reexame necessário. Veio ao Tribunal e o Tribunal confirma a sentença do juiz de Apucarana. Tenho dois Acórdãos e essa mesma matéria que já havia se esgotado, com o trânsito em julgado, volta agora e esse mesmo promotor pede quebra de sigilo bancário, indisponibilidade de bens do ex-Prefeito José Domingos Scarpellini, enquadrando-me na lei que foi editada três ou quatro anos depois do período em que fui Prefeito!

Ora! Não entendo exatamente o que é que alguns promotores querem e o que é que estão fazendo. Tenho uma sentença transitada em julgado, no Cível. Tenho uma sentença transitada em julgado, um Acórdão do Presidente, que hoje é Presidente do Tribunal de Justiça, absolvendo-me por unanimidade na área criminal. E o promotor vem pedir quebra do sigilo bancário, indisponibilidade de bens, bloqueio de conta! Ora! O juiz de Apucarana recebeu a denúncia e disse: “não, não vou dar, mas abro quinze dias de prazo para que o ex-Prefeito se manifeste”. O meu advogado, Dr. Breda fez a defesa. Levei essas certidões e aí, à noite, o promotor me dá voz de prisão, chama a polícia, três viaturas da Polícia Militar para prender uma pessoa que não concordou com ele na metodologia de se fazer uma Ação Popular, quando ele acha que devia ser uma Cível! Ninguém o tinha chamado à conversa! Ele não fazia parte da conversa entre mim e o recepcionista do Hotel Palace, lá em Apucarana! Ele se envolve numa conversa que não foi chamado, não foi convidado; chamou a polícia para me prender e ainda quer ter razão? Na Delegacia diz que sofreu um desacato muito sério por parte da minha pessoa e eu, o que é que sofri?

Portanto, Sr. Presidente, para o Paraná saber que muitos estão indo além das cotas permitidas pela Constituição e caberia a esta Casa, dado às situações genéricas que vêm surgindo no Estado, a criação de uma CPI para que nós possamos realmente dar o verdadeiro enquadramento ao Ministério Público, até onde...

#### O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

V. Exa. concluiu o seu tempo e eu vou falar na condição de Presidente interino. V. Exa. deve requerer ao Presidente da Casa, Hermas Brandão, e pedir para que seja remetido à direção do Ministério Público Estadual todo o fato ocorrido. Porque quem deve remeter é o Presidente da Casa e o Procurador da Assembléia Legislativa, Dr. Loyola.

Então, assim deve ser feito o procedimento, porque V. Exa. traz um pronunciamento bastante grave e que inquieta a todos os Deputados desta Casa.

Pela Ordem, o Deputado Nelson Garcia.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Queria registrara a presença do Prefeito de Santa Tereza do Oeste, o Sr. José Luiz que está com o seu assessor, Dr. Fabrício, aqui em nossa Casa.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Esta Presidência quer associar-se aos votos de boas-vindas aos ilustres visitantes.

Passa-se ao Grande Expediente.

## ***Grande Expediente:***

Com a palavra o Deputado Antonio Anibelli, por trinta minutos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero abordar dois assuntos de interesse do nosso Estado.

O primeiro assunto é sobre a ponte do rio Ivaí, ligando o município de Tapira a Santa Mônica. É uma obra reivindicada há milhares de anos. O Governador Jaime Canet Júnior fez a estrada ligando Santa Izabel do Ivaí a Santa Mônica, que antigamente era distrito e acabava na beira do rio. Por coincidência, o único município que eu criei na minha vida, o município de Santa Mônica. Tenho um carinho especial pela região Noroeste, porque freqüento aquela região e trabalho nesses trinta e poucos anos de mandato que tenho, por aquela região, principalmente por Santa Izabel do Ivaí. Fui criticado na época por ter criado o município de Santa Mônica.

Apresentei durante muitos e muitos anos, a emenda no Orçamento para que aquela ponte fosse concluída ou realizada. O Governador Jaime Lerner fez aquela obra. Até quero cumprimentá-lo de público, porque não sou radical.

Aquela obra merece o reconhecimento por parte do povo paranaense, do Noroeste e Oeste.

Logo que o Governador Roberto Requião - quero aqui render as minhas homenagens aos Deputados Nelson Garcia e Accorsi, Deputados do governo passado, que trabalharam incessantemente por aquela obra.

Mas, foi no nosso Governo que insisti demais com o Governador Roberto Requião, briguei com o Waldyr Pugliesi, com o Dr. Tissot, porque queríamos ver, desde o primeiro dia, aquela aterro. Estava lá aquela ponte maravilhosa e não tinha aterro; parecia um troféu a duzentos metros de altura e não tinha ligação, parecia um elefante branco.

Nós insistíamos, brigávamos, todo mundo apelava até que fomos ver a concorrência realizada e foi vencedor o Sr. Herbert Cazela. O Deputado Nelson Justus, ex-Secretário deve fazer referências à empresa.

Empresa inescrupulosa, sem crédito, sem moral, acostumada a entrar em concorrência com preço abaixo e levar as obras e, depois, vendê-las no câmbio negro, para auferir vantagens e lucros.

Fomos descobrir que em Paranavaí o endereço daquela empresa era mentiroso. Fomos descobrir algum tempo depois que o registro daquela empresa tinha sido forjado em cartórios e essa obra não pôde ser realizada no primeiro ano. Essa empresa foi chamada, foi marcada audiência para assinar contrato e não veio. Foi chamada por Edital, até que ao fim esse picareta entrou na Justiça para continuar procrastinando e talvez no submundo ou no câmbio negro, levar a obra.

E assim se arrastou, a justiça deu ganho de causa a ele, esse processo se arrastou até o início deste ano. Uma segunda empreiteira se habilitou e lá está. Tenho certeza que dentro de sessenta, noventa dias, aquela ponte poderá ser inaugurada.

Mas digo a V. Exas. Srs. Deputados, que como aquele município foi o único criado por mim, e tenho um carinho especial por essa obra, que o Deputado Nelson Garcia apresentou um projeto de lei dando o nome do meu pai, Governador Antonio Anibelli, àquela ponte.

*A posteriori*, no final do mandato passado, esse projeto foi arquivado. E o Deputado Accorsi apresentou um projeto dando o nome do Governador José Richa e o Deputado Alexandre Curi, reapresentou o projeto dando o nome do meu pai.

Tenho um carinho especial, agradeço ao Deputado Accorsi que estendeu aquela homenagem a um homem sério, digno, honrado que fez deste Estado a sua vida. Porque dignidade e honra é difícil e as pessoas morrem e vão se embora. E às vezes uma homenagem dessa bate no coração da gente.

Quero agradecer de público a esta Casa, que homenageou o meu pai. O Governador Requião sancionou o projeto do Deputado Alexandre Curi. Todos os Deputados serão convidados para a inauguração no mês de fevereiro ou março do ano que vem.

Peguei carinho por aquela obra e agradeço mais uma vez ao Governador Lerner por tê-la construído. Jamais pensando que ela teria o nome do meu pai. Tenho um carinho especial, serei eternamente grato a esta Casa, ao Governador, por ter sido batizada com o nome do meu pai, para homenagear a tradição de um homem que viveu neste Paraná, constituiu sua família e legou dignidade e honra a seus filhos e netos.

**O Sr. Nelson Justus (aparte)**

Apenas para enriquecer o seu pronunciamento, que sem dúvida nenhuma, homenagem das mais justas ao ex-Deputado Anibelli, que realmente orgulhou esta Casa.

Mas, é importante que se diga, muitas vezes: acontece demais, não só no DER, na Secretaria dos Transportes, como na Cohapar, Sanepar, nas concorrências, empresas que cabem dentro de uma pasta. A gente brinca - essa empresa cabe dentro de uma pasta. Ela entra na

concorrência, ganha para depois vender. Na minha passagem curta de dez meses pela Secretaria dos Transportes, em duas estradas aconteceram isso. A de São Mateus, a Três-Barras, a empresa vencedora de Minas Gerais desapareceu e a de Guaratuba-Garuva, também briga entre os empreiteiros fez com que graças a uma interferência muito forte no Tribunal de Contas, autorizando-me a fazer o que o Governo Requião está fazendo agora com essa estrada, essa ponte. Porque senão, o vencedor dessa concorrência aqui não teria que dar a obra para ninguém. A obra é dele, a Justiça o protege com todas as forças. Acontecem coisas que são difíceis de explicar!

Graças à interferência do Deputado Elio Rusch e graças ao conhecimento que V. Exa. tem do assunto, esclarecemos o caso dessa ponte que é uma obra importantíssima e que eu confesso não sabia que está para ser concluída. Achava que esta “pendenga” - e a palavra é bem esta - iria se arrastar por mais alguns anos, porque esse senhor, essa empresa que cabe dentro de uma pasta, ganha concorrências na Prefeitura de Curitiba, em todo o Estado; ganha para poder negociar depois. O Tribunal de Contas não permite negociação; a obra pára.

Muito obrigado e parabéns pela colocação de V. Exa.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço a V. Exa., Deputado Nelson Justus, que fala de cátedra, porque V. Exa. sofreu. E nós sabemos, o Dr. Heinz, um grande Secretário, talvez o maior Secretário dos Transportes que o Paraná teve, atravessou três ou quatro governos, e hoje está no Tribunal de Contas; Cidadão Honorário reconhecido por esta Casa, projeto de minha autoria, e vejo nele um dos homens que é referência nacional, pela sua vida, pelo seu trabalho, e pelas mãos de quem veio, do Governador José Richa. É um homem respeitado nos 399 municípios do Paraná e conhecido além-fronteiras do nosso Estado.

Venho num segundo momento, para fazer um apelo aos Deputados do PT, ao Deputado André Vargas, ao Ministro Paulo Bernardo e aos nossos colegas Deputados: nós estamos vendo o Paraná declarado inadimplente pelo Governo Federal, um governo que ajudamos a eleger, e agora diz que o Presidente Lula vem ao Paraná terça-feira. Eu farei um apelo ao Presidente do PT, aos Deputados da Bancada que lá estarão recepcionando o Presidente - eu não irei, Mas, farei um apelo: eles querem penalizar o nosso Paraná pela sensibilidade do Governador Roberto Requião. O Governador Roberto Requião não mandou a mensagem, ou se mandou à Assembléia, cobrando sobre a taxa previdenciária aos funcionários do Paraná, aos aposentados. E é por isso que o Paraná está sendo declarado inadimplente: por não cobrar a taxa de previdência dos funcionários aposentados deste Estado!

Queríamos que o Presidente Lula se mirasse no Governador Roberto Requião pela sua sensibilidade de povo e de trabalhador que é, e de governante, para acabar

com a cobrança da previdência social, implantada no Governo Federal, taxando os funcionários aposentados.

É uma honra vir a esta tribuna, como Líder do PMDB, para dizer a todos os Deputados - e tenho certeza e que independente de Partido político nós teremos a solidariedade nesta solicitação que faço, para que o PT, o Presidente do PT leve ao Presidente Lula a reivindicação desta Casa: que deixe de taxar os funcionários aposentados do Paraná, porque o Governador acha que os funcionários, aqueles coitadinhos que ganham trezentos, quatrocentos reais, um salário vergonhoso, ainda querem tirar 11% e estão cobrando do nosso Governo aquilo que o Governo Federal deveria ter feito.

É inadmissível, Srs. Deputados, numa véspera de Natal, quando o Governador do Paraná antecipa o 13º salário, anunciando para o dia 09, para que os funcionários tenham oportunidade de não entrar nas arapucas dos créditos das grandes lojas, que possam saber que vão receber dia 9 e possam comprar, talvez, aquela simples lembrança para seus filhos, enfim, dar aquele presentinho humilde, mas de coração, na noite do Papai Noel.

E vemos aí a sanha do Governo Federal querendo, não satisfeito ainda com o arrocho salarial, com a quebra das empresas, com essa política do Palocci, política que tem quebrado empresas, tem acabado com o desenvolvimento do nosso país, vem às vésperas do Natal, quer enfiar a faca no pescoço e torcer, para talvez sair, não o sangue, que talvez já não corra mais nas veias do trabalhador brasileiro, mas sair aquela água misturada, como fizeram com Cristo, que ao crucificá-lo, depois de declarado morto o apunhalaram no coração para que de lá escorresse sangue com água, para realmente provar que estava morto.

Meus colegas do PT: faço um apelo a V. Exas. que levem ao Presidente Lula a nossa palavra e levem o apelo dos funcionários públicos do Paraná. Vamos deixar de pisar, de matar, de escorraçar com o nosso Estado; vamos entrar no ano de 2006 com esperança, com amor, com seriedade e com trabalho; vamos buscar a esperança do nosso trabalhador fazendo atos dessa maneira, recuperando estradas, dando o que o Paraná merece, repassando as verbas à nossa agricultura, aos financiamentos dos nossos produtores.

Levem esse apelo. Eu não tenho coragem mais de ir cumprimentar o Presidente Lula, porque talvez fosse indelicado, e nós paranaenses somos educados por natureza, e talvez eu fosse até meio grosseiro, como sou, e lá talvez, como seguranças prepotentes, talvez fosse manchar a visita do Presidente. Delego a V. Exas. essa missão, companheiros, colegas do PT, para que vão, em nome desta Casa, dos trabalhadores e do nosso Estado, em nome da Assembléia Legislativa.

#### A Sra. Elza Correia (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?  
(Assentimento)

Queria cumprimentar o nobre Deputado pelo pronunciamento, que reputo mais que oportuno e necessário, não só em relação à questão da ponte, que eu acho que está devidamente esclarecida, e é assim que se promove a democracia, fazendo contraponto, restabelecendo a verdade, e conforme também já havia sido colocado aqui pelo nobre Deputado Nelson Justus, e também o Nelson Garcia da região.

Em relação a esse segundo aspecto que V. Exa. coloca é até constrangedor, eu me sinto constrangida com o pronunciamento à medida em que existem várias formas de considerar um Estado inadimplente; várias formas, inclusive ato de improbidade administrativa, corrupção, enfim, várias coisas. Agora, considerar o Estado do Paraná inadimplente por essa razão específica é muito constrangedor, não combina inclusive com os discursos e os posicionamentos do Governo do PT em relação aos trabalhadores deste país.

Acho que isso fere inclusive a questão do respeito, da consideração que devemos ter com todos os trabalhadores, principalmente aqueles que já dedicaram a sua vida toda ao trabalho, e que se aposentam com salários ínfimos, e que têm uma dificuldade muito maior do que os trabalhadores ativos.

Portanto, também me somo à solicitação de V. Exa. em relação a essa questão, e acho que nós deveríamos inclusive fazer um requerimento, documentar isso como um pedido da Assembléia Legislativa ao Presidente da República, porque se faz necessário. Acho que inclusive constrange alguns companheiros do PT, tenho certeza, uma atitude desta natureza.

Parabéns pelo pronunciamento.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Obrigado, Deputada Elza. V. Exa traduz com a sua sensibilidade estes reclamos. Nós somos portadores da angústia dos trabalhadores paranaenses, e dos trabalhadores brasileiros. Nós sabemos como foi a aprovação da taxa dos aposentados no Congresso Nacional, lemos nos jornais, vimos a história dos mensalões, às vezes alguém, e eu não acredito que isso tenha ocorrido, dizendo que essa taxa foi aprovada na época, na base do mensalão.

Eu me sinto horrorizado, Presidente Dobrandino, de levantar essas dúvidas a respeito do Governo do Presidente Lula. Jamais acreditaria, e acredito, que tenha ocorrido a pressão para que o Congresso Nacional tenha votado a taxa previdenciária dos aposentados em cima daqueles votos que até hoje estão aí a gerar dúvidas, e a envergonhar o Parlamento Nacional. Nós não podemos crer nisso! Mas quando vemos, partindo lá do Governo Federal, esta cobrança em cima do nosso Governo, às vezes nos arrependemos de ter feito tantos benefícios como o Governador Roberto Requião tem feito aos funcionários. Contratando mais de 25 mil professores. Contratando policiais militares.

Hoje mesmo votaremos, no final da Sessão, o aumento aos funcionários civis e militares.

Estamos apelando ao Governador, que o Governo do Estado também pense um pouquinho o Quadro Próprio do Estado do Paraná. Está sendo feito um estudo de podermos estender parte desse aumento aos mais de quarenta mil funcionários da ativa e aposentados.

Já existe aqui mensagem do quadro dos promotores, dos funcionários do Tribunal de Justiça e temos dos policiais civis e militares.

Tenho esperança que, antes de encerrarmos este período legislativo, possamos votar alguma coisa para o quadro geral dos funcionários.

Esse apelo é feito por um Deputado da Base do Governo, Líder do PMDB que é o Partido do Governador, para dizer à população paranaense e aos servidores que esta Casa não faltará, para votarmos esse projeto.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

#### O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

O valor, pelo que me consta, vai ser descontado do aposentado só para quem ganha mais de dois mil e quatrocentos reais. Às pessoas que ganham menos do que isso, não será descontado.

Sou um dos políticos mais novos nesta Casa e quando um legislador, lá no Congresso Nacional votou, com responsabilidade no sentido de garantir o futuro, para ter uma previdência sólida de futuro e para garantir a inclusão de mais gente.

Muito obrigado!

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

A nossa história do Paraná junto aos funcionários já está demonstrando. O Paraná é um exemplo no atendimento aos nossos funcionários durante os cento e tantos anos que o Paraná tem. Tanto é que o Governador Roberto Requião recolhe mês a mês a parte do 13º salário para poder, com orgulho, antecipar em mais de vinte dias o 13º para o nosso funcionalismo.

V. Exa. quando fala dos dois mil e quatrocentos, esquece dos 27% do imposto de renda que somos obrigados a pagar. V. Exa. vai cair aí no 27,5% do dois mil e quatrocentos, uma cobrança do Imposto de Renda que é uma taxa indevida também. Foi comprometido pelo Presidente Lula, que baixaria a tabela do Imposto de Renda e isso não foi aplicado nesses três anos.

V. Exa. desconte de dois mil e quatrocentos, 27%, dá mais. Dá 30% do salário. Então já dará praticamente oitocentos reais. E com mais 11%?

#### O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Permite-me mais um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. há de convir comigo que o déficit da previdência é por erros do passado, de altas aposentadorias que existem, se calcularmos essas contribuições desses servidores é incompatível com a aposentadoria que eles



ganham. Por isso eu disse antes que é responsável o legislador que votou nessa emenda constitucional para garantir o futuro. Inclusive dessa previdência desse servidor que é aposentado com salário acima de dois mil e quatrocentos e para garantia de inclusão de mais gente no sistema.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Não vim, Deputado, fazer um apelo ao Congresso Nacional para que mude a lei da Previdência. Estou falando sobre a realidade, do nosso Governador que não quer cobrar e o Governo Federal que quer obrigá-lo.

Chega de CPMF que era de caráter temporário e estamos aí. Também é coisa do Presidente Lula, nós sabemos. Mas, o que servia no neoliberalismo continua servindo no Governo de esquerda.

Então, não é chegarmos ao Governo do Estado e mudarmos o “cachimbo”. Lá em Brasília parece que se muda. Aqui nós queremos que não se cobre. E estou fazendo um apelo a V. Exas. Talvez o Deputado André Vargas, que vai me apartear, com muita honra, em nome do Partido dos Trabalhadores e desta Casa, Sr. Presidente, peço que V. Exa. delegue ao Deputado André Vargas que ele faça um apelo público ou até privado para que V. Exa. nos responda na semana que vem.

#### O Sr. André Vargas (PT)

Não o farei, Deputado. Pelo seguinte motivo: quando se faz uma emenda constitucional passa-se a compor a Constituição. V. Exa. foi Deputado Federal, sabe disso. A Constituição é uma lei que vale para todos os estados. A exceção para o Estado do Paraná, deveria estar prevista no texto constitucional ou para o Paraná ou qualquer Estado que o queira. Quando uma medida como essa é tomada, é no sentido de olhar ao futuro. Talvez hoje o Paraná não tenha problema no caixa da previdência. Talvez hoje, por conta inclusive, Deputado Rossoni, já aporte outros à época do Governo Jaime Lerner; talvez o Paraná Previdência tenha suporte, inclusive com antecipação de receita da Petrobras, muito criticada, talvez, hoje. Mas, daqui a dez anos, vinte anos é que saberemos exatamente em que situação estará o caixa da previdência do Paraná.

O Governo Federal definiu uma estratégia para dar solidez ao fundo previdenciário nacional e garantir a previdência não só para os servidores públicos, mas também para os servidores da iniciativa privada.

Portanto, esse apelo que V. Exa. faz, por mais louvável que pareça ser e até é, mas impossível de se fazer. Aconselho ao Governador, a não fazer demagogia com temas tão caros como o futuro dos aposentados. porque só aqueles que pagam acima de dois mil e quatrocentos reais é que poderão ter reclamações. Não sei qual é a aposentadoria média daqui, mas os “marajás” certamente devem, sim, pagar previdência, principalmente aqueles que ganham acima de dez mil reais e que no Paraná não pagam absolutamente nada.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. acaba de chamar, V. Exa. que disse, não sou eu que estou afirmando; chamar de “marajás” funcionários que ganham menos de dois mil e quatrocentos com o desconto do imposto de renda. V. Exa. ofende uma parcela significativa dos funcionários públicos do Paraná!

Mas, já que V. Exa. não leva o apelo ao Partido do Trabalhadores, faço um outro apelo.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Gostaria de ter um aparte, Deputado Anibelli.

#### O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Deputado Anibelli, o seu tempo já se esgotou. V. Exa. pode usar os três minutos do Horário do Governo.

### *Passa a usar o Horário da Liderança do Governo*

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Não sei. O nosso líder não está presente. Vou falando e se por acaso ele precisar do horário, eu interromperei na hora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu sou autor, pelos anos de vida que tenho, de uma lei que isentou os funcionários com mais de setenta anos, de pagar a Previdência. Foi nos governos Richa, Álvaro, Lerner e Roberto Requião, e isso foi mantido. Vejam V. Exas. a sensibilidade desses governadores. Todo mundo sabe que a idade média do povo brasileiro, paranaense - somos uma média também, talvez, até melhor -, ninguém atinge os setenta anos em uma posição boa de saúde, quando pensamos que o aposentado vai poder gozar um pouco a sua vida, viajar e acompanhar os seus filhos, esquecer um pouco da vida dura que levou e passar a ter as vantagens da aposentadoria. Isto foi muito bem respeitado nos governos anteriores. Dói na gente ver um governo que disse ser popular, vir obrigar o governo que é popular, a taxar os nossos aposentados.

O Deputado André Vargas poderia apelar ao Presidente Lula, para que ele, com esta vontade de arrecadar, viesse ao Paraná e liberasse as verbas das nossas estradas, da nossa aftosa, recursos para que o Estado continuasse trabalhando com as mãos honradas do Governador Roberto Requião, fazendo o desenvolvimento do nosso Estado.

Deputado Ângelo Vanhoni, concedo-lhe um aparte, com muito prazer.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputado Anibelli, sinceramente tenho me perguntado nos últimos dias, tenho visto esse debate de um forma ou outra transcorrer aqui na Assembléia. Não consigo entender por que o PMDB? Que o Requião critique a política econômica como tem feito, acho correto e é um direito do Governador. Em muitos aspectos várias pessoas do PT concordam com o “time”, com as questões da

macroeconomia, mas acho que está fugindo do controle. O PT não fez nenhuma proposta. Eu, no mérito, sou contra o momento como foi feita a reforma. Acho que o PT errou politicamente e só trouxe mal para o próprio PT. A questão de cobrança dos inativos, o Requião sabe, participou de três reuniões com o Presidente da República. Sabem quem exigiu isso? Foram os governadores, para colocar no texto que mandaram para a reforma! Não foi o Requião! Foi uma imposição dos governadores! Atribuir isso ao Governo Federal? O PMDB, na essência, concorda com teses que o PT concorda: manutenção das empresas públicas, fortalecimento do Banco do Brasil, da agricultura e aplicar na infra-estrutura.

De repente, por causa do problema do Delúbio, todas essas outras questões estão deixando de lado aquilo que nos une, do ponto de vista estrutural para a nação brasileira.

O PT e o PMDB começam a se digladiar no espaço da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e em outras assembleias. Eu me pergunto: a quem interessa isso? Quem é que vai governar para fazer o país avançar? O PT tem que sumir do mapa e tem que deixar de existir? Aqueles que lutam para a manutenção da Petrobras, aqueles que lutaram pela manutenção da Copel, que subiram nesta tribuna, que fizeram com que os estudantes fossem às ruas; aqueles são petistas, são peemedebistas. Será que vamos perder esse horizonte e vamos nos deixar envolver nas questões menores da política e fazer com que nos distanciemos a ponto de perder de vista o que é principal para estruturar o desenvolvimento deste país?

Olha, o PT tem feito coisas erradas no Governo, concordo. Mas, tem feito estruturalmente coisas muito boas e muito corretas. O PMDB do Paraná também tem feito coisas corretas e nós realçamos as coisas corretas. Agora, não dá, Deputado Anibelli, para todo dia vir à tribuna um Deputado do PMDB e ser o principal algoz da política do Governo Federal.

Então, perdoe-me! Tenho respeito e consideração e vou continuar sendo respeitoso, porque é um Governo que acho que tem idéias importantes para o desenvolvimento do Estado. Eu não quero o passado de volta, não quero a venda da Copel, não quero aqueles que só fazem a política sob a égide do mercado, da negociata, administrando o Estado do Paraná. O senhor sabe que isso é sincero de minha parte e dos petistas também, mas, gostaria que também o PMDB tivesse um pouquinho de respeito. Tem coisas boas do Governo Federal que estão acontecendo neste país e nós não precisamos nos digladiar. O nosso adversário, Deputado Anibelli, não é o PT do André Vargas, não é o PT do Paulo Bernardo e nem do Ângelo Vanhoni. O adversário do Requião é outro! O adversário do Requião é quem tem o pensamento completamente contrário ao dele. Vocês estão perdendo o foco daquilo que é importante e daquilo que é principal. Não vamos nos deixar ser vítimas dessa armadilha, essa armadilha pequena. Nós temos passado, nós temos histó-

ria democrática conjunta. Queremos construir um outro Brasil, o senhor, eu e todos que pensam dessa maneira.

Por isso, vamos acalmar um pouco. Eu tenho divergências ideológicas com o Deputado Valdir Rossoni, com o Deputado Traiano...

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado Vanhoni, incorporo com muito prazer e honra o seu aparte. Apenas discordo quando estou falando em previdência, não descontar do aposentado, e V. Exa. fala no Delúbio. Peço a esta Presidência ou V. Exa. retire do aparte essa palavra ofensiva aos homens sérios desta Nação.

V. Exa. estranha quando subo a esta tribuna, mas hoje estranhei quando V. Exa. subiu na tribuna do lado de lá. Talvez V. Exa. tenha feito sem querer, mas eu estranhei e falei para alguns Deputados: o que houve que o Deputado Vanhoni foi na outra tribuna? Não desmerecendo a tribuna do lado de lá, mas V. Exa. sempre usou desta tribuna e hoje foi do lado de lá.

Nós fomos cabo eleitoral de V. Exa. em função do acordo que o PMDB fez com o PT em Curitiba, mas já que o Governo Federal não repassa a verba, quer acabar com a previdência, vamos fazer um apelo a V. Exa., já que V. Exa. cita os governadores do Brasil, que fizeram um apelo para que o Presidente taxasse a previdência, V. Exa. use o argumento dos governadores para que o Presidente da República repassasse a Lei Kandir para o Estado, que tem sido negado a todos os governadores. Foi feito um acordo a nível nacional e o Paraná é um dos maiores produtores de grãos do Brasil e o acordo não foi cumprido. Onde é que nós chegaremos, Deputado Vanhoni? V. Exa., que é meu amigo, meu companheiro e eu lhe respeito e é uma das cabeças mais inteligentes desta Casa?

Mas, não podemos incorrer nos erros do Governo Federal para obrigarmos o Governo do Estado a incorrer no mesmo erro. Talvez se o Governo Federal repasse o dinheiro que ele está pagando de juros da dívida externa, ele pudesse repassar a todos os governos brasileiros a Lei Kandir, para que pudéssemos fazer as estradas, recuperar a nossa agricultura, enfim, melhorar as condições de vida da nossa gente.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

#### O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Só para dizer, Deputado Anibelli e Deputado Vanhoni, que o Parana-previdência não precisa cobrar. O Parana-previdência tem um cálculo atuarial correto. O Governador não precisa cobrar dos nossos aposentados e ele está denunciando a iniquidade de se querer descontar dos aposentados em um país onde há um superávit primário mais abundante do que queria o FMI, mais realista do que queriam os reis do mundo. O Brasil, nos dois governos do Fernando Henrique, e do Lula, que não é diferente, recolheu da economia 10 trilhões, 330 bilhões de reais em juros. E isso está sendo retirado desses fundos,

por exemplo, o dos aposentados. Iniquidade é um governo que se diz popular, que foi eleito com base em fazer uma política popular, querer cobrar do órfão, da viúva, do aposentado. Eu fico feliz de estar do lado do Governador Requião, ontem tive orgulho de estar ao seu lado porque, enfim alguém, Deputado Anibelli, neste país, precisa dizer que o rei lá fora está nu quando manda roubar dos pobres.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Greca, Deputado Vanhoni, Deputado Elton, pelos apertes. Acho que este Parlamento funciona desta maneira, nós, publicamente, declarando as nossas idéias e debatendo para que possamos melhorar o Governo Federal, o Governo Estadual, as estradas, os municípios; essa é a nossa função.

Agradeço, Sr. Presidente, pela tolerância que teve de nos ouvir e fico sensibilizado porque o tema foi de grande relevância.

Muito obrigado!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário do PT.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

### ***Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni***

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Deputado Anibelli, o Deputado Rafael Greca não me espanta com o seu pensamento, porque eu o conheço há mais de vinte anos. Fui Vereador aqui em Curitiba quando ele foi Prefeito e sei o que ele pensa da administração pública e da relação entre público e privado. Mas, espanta a nós, do PMDB que tínhamos e temos uma convicção: ser a favor da não cobrança dos aposentados é algo que eu defendo. Veja, nós temos unidade nisso, tem setores do PT inteiro que tem unidade nisso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, com certeza, no Congresso Nacional, na época da votação, possivelmente a maioria, era a favor disso: a não cobrança dos inativos.

Eu estou dizendo para o senhor que quem incluiu no texto foram os governos estaduais, por quê? Porque a falência da previdência estadual no Brasil inteiro, sobretudo no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, impusões ao Governo e à União que colocasse no texto. O Governo de Pernambuco, e o Governo do Requião, o Governo do PMDB do Paraná, foram os que se manifestaram que não era necessário, que no Paraná poderiam não cobrar dos inativos. Por isso que o Requião, com muito conforto, pôde ficar coerente com a sua posição, porque nas reuniões que aconteceram antes de mandar esse texto para o Congresso, ele havia manifestado a sua opinião. Eu sei disso porque eu era Líder do Governo na época que isso foi discutido. Veja, e eu não

concordo e nunca concordei com que o PT mandasse esse texto de Reforma da Previdência para o Congresso Nacional. Achei que o PT errou na política; não deveria ter feito isso.

Então, só para concluir, preciso dizer ao Deputado Anibelli o seguinte: nós não podemos perder o norte das questões fundamentais do Brasil. Não é porque aconteceu um episódio na política, na conjuntura deste país, envolvendo escândalos de mensalão e de corrupção, que perderemos o norte. Não é verdade o que o Deputado Rafael Greca diz, o governo brasileiro é um governo popular, é um governo que quer aprofundar a democracia neste país. Tem erros? Tem erros na conduta, mas é um governo que tem se esforçado para afirmar o interesse da maioria da população no nosso país em vários setores; é assim na área da saúde, é assim na agricultura familiar, é assim no ensino superior, e em todas as mensagens que tem mandado para o Congresso Nacional. Agora, nós não podemos fazer desta decepção que temos, do ponto de vista político, da frustração que o Governo trouxe com este episódio da conjuntura política do Congresso Nacional, permitir que isso arrase, passe uma tábula rasa em relação ao nosso passado, em relação ao nosso futuro, em relação à crença, em relação aos valores que uniram homens, mulheres, que uniram partidos na História Republicana do Brasil.

Por isso estou, de forma elegante, de forma carinhosa, dizendo ao senhor que é meu velho amigo, meu conhecido, que eu prezo muito, que é membro de um Partido que eu tenho admiração, que é o PMDB, que o PT e o PMDB não precisam ficar se digladiando por coisas menores na Assembléia Legislativa!

O PMDB tem que chegar aqui e cobrar o seguinte: Deputado Vanhoni, nós não agüentamos mais pagar mais de seis milhões de reais, por ano, para o ensino superior, enquanto o Rio Grande do Sul paga cinco milhões, por ano e existem lá três universidades federais!

É preciso que a União, de alguma forma corrija esta distorção para que o dinheiro possa ser canalizado melhor para o desenvolvimento dos paranaenses! Eu vou fazer ombro com o senhor para cobrar isso do Governo Federal! É preciso trazer dinheiro para as estradas do Governo do Estado do Paraná! Eu vou fazer ombro com o senhor! É preciso trazer mais recursos para investir na Saúde, no SUS. Eu vou fazer ombro com o senhor para reclamar isso da União!

Então, gostaria que o senhor entendesse o meu ponto de vista: nós temos muito mais para nos ombrear, do que para nos distanciar. Este debate para mim é meio surrealista, não sei por que estamos fazendo este tipo de debate entre PT e o PMDB! O Governo Lula não é responsável por todas as mazelas do Brasil. São mazelas que estão aí há anos! A direita tenta jogar tudo agora nas costas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; V. Exa. sabe que não é assim!

Quando repetimos aquilo que muitas vezes os conservadores, aqueles que nunca quiseram que um trabalha-

dor estivesse na Presidência da República esteja lá, se nós ficarmos repetindo, vamos ficar convalidando uma visão distorcida da realidade!

Eu vou dar o aparte ao Deputado Tadeu.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Primeiramente V. Exa. deu-mo e pediu para que aqui ficasse e eu, em respeito à amizade que tenho por V. Exa., obedeci de pronto. Fui seu cabo eleitoral, posso ficar aqui para lhe dar o aparte.

Veja V. Exa., quando V. Exa. fala nas universidades federais, quanta vezes nós debatemos, conversamos e acho que a roupa suja não é preciso ser jogada para baixo do tapete. Acho que falar na Previdência, falar nas universidades, o Rio Grande não tem três universidades federais, tem, se não me falha a memória nove e foi dado mais uma ou duas agora, recentemente. Minas Gerais foi aquinhoadas com três ou quatro. O Deputado Welter uma vez me deu um aparte dizendo que o Paraná havia ganhado a Universidade do Litoral, é um benefício! A transformação do CEFET, é um benefício! Nós temos que aplaudir.

Agora, quando nós debatemos, eu sou seu aliado eterno no debate da criação de universidades federais. Quando V. Exa. fala na direita, eu não me considero direita, eu sou centro-esquerda, não sou comunista mas não sou de direita eu sou a favor do trabalhador, do pobre, do humilde, respeitando o cidadão, criado à imagem e semelhança de Deus, tem que ter o respeito de nossos governantes.

Às vezes o debate aflora e passa até às fronteiras do PMDB e do PT porque nós, Deputado Vanhoni, queremos o melhor! O Presidente Lula que feche o olho, deixe o Paraná conduzir a coisa pública, que não cobre a Previdência mas que repasse o dinheiro das nossas estradas e nos devolva a Lei Kandir! É com muita satisfação que debatemos coisas maiores para o nosso Estado e para a nossa gente.

Muito obrigado e com sua licença, retiro-me da tribuna.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Deputado Vanhoni, Deputado Anibelli, na verdade acredito que precisamos, como o senhor falou aqui, colocar algumas ponderações nesse debate.

Uma das ponderações, e por isso solicitei o aparte, é que quando da votação da reforma da Previdência houve, sim, manifestação favorável inclusive do Governador Requião. Quando a Senadora Heloísa Helena se posicionou contrária, e é de conhecimento de todos desta Casa e no Congresso Nacional, que a Senadora era - e acredito que continua sendo - aliada do Governador Roberto Requião. E por diversas vezes tive a oportunidade de conversar com o Governador e ele me disse pessoalmente: "A Heloísa está errada, a reforma é boa e é necessária". Então, acredito que esse ponto de vista do Governador, de dois anos e meio atrás, não pode ter mudado ao sabor, inclusive, das eleições do ano que vem.

Digo isso, porque o senhor sabe a minha posição, sabe como o senhor mesmo colocou, do mérito, nós fomos contrários à reforma da forma como foi feita. O senhor já teve oportunidade de se manifestar, aqui, nesse sentido, poderíamos ter ampliado esse debate.

Mas, não quero acreditar que haja uma mudança de opinião tão radical nesses dois anos e meio, a ponto de aquilo que ficou durante esse tempo praticamente deixado como secundário, venha agora a ser o centro do debate, porque o Governador Requião concordou que era necessária a cobrança, que faria a cobrança, que levaria essa cobrança até onde não pudesse, mas que num determinado momento seria exigida essa cobrança. Inclusive apelo àqueles Deputados que participaram da mesa de negociação. O senhor esteve uma das vezes com os aposentados, com os professores aposentados, quando o chefe da Casa Civil colocou claramente que a posição do Governador era de não cobrar, mas que ele sabia que num determinado momento teria que fazê-lo. E não dá para fazer desse processo o centro do debate.

Quero parabenizá-lo porque acredito que se formos por esse caminho, vamos trazer aqui para a Assembleia, o debate feito hoje às sete e meia da manhã, pelo Procurador Bonaterra, que levantou uma série de problemas com relação ao Governo do Estado, que vão desde a Copel, o leite, uma série de coisas e que visam desqualificar o Governo do Estado. E acho que não é, aqui, o tema principal para esse debate. Não é. Não me parece que nenhum Deputado do PT está hoje vindo atrás desse debate para trazê-lo a esta Casa, para fazer desse debate o centro, o motivo, a principal articulação política neste momento.

Então, quero corroborar com suas palavras. É preciso baixar essa temperatura para que nós, no afã de tentarmos fazer com que uma solução saia quase que a fórceps, não acabemos fazendo com que aquilo que poderia ser um processo de construção à frente, esgarce-se de tal forma, e o senhor conhece e nós conhecemos bem o terreno que estamos pisando que depois aqui dentro da Assembleia façamos um cavalo de batalha a cada votação.

Por último, apenas para lembrar, quando o Deputado Rafael Greca (é uma pena não estou vendo o Deputado Rafael Greca no plenário) saiu da Prefeitura remeteu para IPMC a pretexto de pagar dívidas que a Prefeitura Municipal de Curitiba tinha com o IPMC 19 milhões de reais, inclusive em imóveis que não foram aceitos pelo Sr. Drumond, na época Presidente do IPMC. Ou seja, o IPMC estava arrebatando inclusive com uma dívida que depois o Prefeito Cássio Taniguchi constatou de 52 milhões de reais. Quem deixou uma dívida desse tamanho, não pode vir aqui falar em roubo. Pelo amor de Deus! É preciso vir fazer uma auto-crítica, também, naquilo que se fez anteriormente, para depois não achar que o passado nos exime de todas as responsabilidades.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Já encerrei meu pronunciamento. Só lamento não poder dar aparte à Deputada Elza Correia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, no Horário do Bloco do PTB.

### ***Liderança do PTB/PL/PMR: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELI CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhei atentamente o pronunciamento do Deputado Scarpellini, quando falava do abuso do Ministério Público, e ele dizia que lá em Apucarana, foi alvo de mais uma ação do Ministério Público. Eu quero comentar aqui, nós que já passamos pela Prefeitura e eu, como Prefeito que fui aliás, quatro anos de muita perseguição, quatro anos de tudo o que o Prefeito fazia, sempre tinha alguém preocupado em desqualificar, seja a nível local, regional ou estadual.

Isso continua hoje. Eu não sei se é porque eu, particularmente, não sei os demais, faço parte do baixo clero, mas, infelizmente, nós temos recebido várias ações nos últimos dias, por ocasião do Ministério Público.

Lamentamos que, segmentos covardes da imprensa, repito, segmentos covardes da imprensa e se precisar, repito mais uma vez, porque faço parte da imprensa, e não sou covarde, mas, segmentos colocam a matéria e parecer que fugiram da Universidade ou não a fizeram e não se colocam para ouvir o outro lado. Apenas colocam o que lhes interesse. São jornais que não parecem jornais. São jornais que não serviriam para nem estar no banheiro da Assembléia Legislativa do Paraná, infelizmente. Na semana que passou, fui alvo de duas ações do Ministério Público.

Duas ações que são uma verdadeira piada, a começar pelo pronunciamento da Promotora que fez a ação. Diz ela que, segundo o Ministério Público, não houve irregularidade no contrato e nem no Aditivo, mas na falta de empenho prévio.

Senhores, julga-se uma pessoa, propõe-se uma ação. O Ministério Público faz uma ação e diz que não há nada de errado, que está tudo certo, mas porque faltou o Empenho Prévio, condena antecipadamente. Os jornais publicam.

Engraçado, todo dia tem ação contra Prefeito. Todo dia tem. Agora, só saem as ações contra mim. Todo dia tem ação nos tribunais. Só aparecem as minhas. Por que não saem as dos outros? Por que essa perseguição? Por que eu sou um cara simples? Por que não sou contribuinte? O que é que se passa porque contra mim qualquer coisinha é motivo de uma ação, é motivo de uma página no jornal? Os projetos que eu aprovo nunca vi saírem. Os projetos bons que nós aprovamos aqui, que são do interesse do Paraná, não aparecem, mas aparece a notícia de

uma forma muitas vezes, covarde, porque ela só coloca um lado e não os dois.

Eu vejo o Ministério Público querendo fazer ações. Eu vejo aqui nesta Casa, o Deputado Neivo Beraldin cobrar que o Paraná paga cinquenta milhões por mês, do rombo do Banestado. Cinquenta milhões por mês! E onde está o Ministério Público deste Paraná que não propõe as ações? Nós estamos falando de cinquenta milhões por mês! Onde está o Ministério Público? Onde está o Tribunal de Contas do Estado do Paraná que, quando julga um Prefeito, depende o Prefeito, é claro, para julgar? Depende de quem é ele, para julgá-lo? Qual é a diferença que existe entre contas do Estado e contas do Município? Qual a diferença que têm? De educação a nível de Estado e educação a nível municipal?

Esse é um tema que vou debater nos próximos dias, aqui. Esse tema eu vou discutir e não adianta pessoas ficarem e me ameaçar, que não sei o quê. Vão ameaçar quem vocês quiserem, mas não a mim. podem ameaçar, podem até cassar o meu mandato de Deputado, mas não vão cassar a minha voz. Nós vamos debater aqui nesta Casa, educação municipal e educação estadual. Vamos debater também Ministério Público, Porque aqui uma Promotora faz uma ação, por que eu, como Prefeito, e vou saber se o Prefeito vai cuidar de uma Prefeitura de seis mil funcionários que faltou empenho prévio? Vir aqui, nesta tribuna, e mostrar que o Ministério Público gastou mais que o Orçamento que tinha, que passou do orçamento previsto em lei. Mas ninguém levanta para falar disso. Gastou além do que determina o Orçamento! Não precisaria de empenho prévio para fazer isso, para gastar mais?

Não! Daí a imprensa não dá uma palavra. O Banestado foi assaltado, foi roubado, está todo mundo solto, está uma beleza, teve uma CPI aqui, não deu nada! O Paraná está pagando cinquenta milhões por mês, todo o mês! Cadê as ações? Cadê o empenho prévio disso? Não tem! Ninguém fala! Ninguém toma ação!

Nós fizemos uma CPI nesta Casa, sobre o Parana-cidade, o Presidente era o Deputado José Maria Ferreira. Cadê a CPI? Cadê a CPI que dizia que tinha um monte de coisa errada? Cadê o Ministério Público para propor ação? Ate agora nada! Não se viu nada! Não se viu absolutamente nada!

Nesse discurso do Deputado Scarpellini, entendi que quando é com o baixo clero as coisas acontecem. Não é de agora, ou eu não sei fazer política, ou eu sou mau-político, ou sou ruim como político. Agora, Sr. Presidente, pode ter certeza de uma coisa, em todas as ações que o Ministério Público fez até agora, não há nenhuma que diga que eu tenha desviado um centavo da Prefeitura de Ponta Grossa e, lá na frente, nós vamos mostrar isso. Mas, quero dizer que não me preocupo com ameaças de ninguém. Se me preocupasse com ameaça, eu não estaria mais aqui. Mas, podem ter certeza que nos próximos dias, vamos tratar de alguns assuntos que o Paraná nunca tratou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
PPS, Deputado Marcos Isfer.

## ***Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer***

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho para fazer um relato do Congresso do Partido Popular Socialista, realizado nesse final de semana, com a presença do nosso Presidente Nacional, Roberto Freire, e que reiterou as resoluções que já havia tomado, de candidatura própria para Presidente da República, de candidatura própria aqui, no Estado do Paraná, no nome do nosso companheiro Rubens Bueno. Tivemos a oportunidade de, antes desse congresso, visitarmos esta Casa, convidarmos todos os Deputados, de todos os Partidos. Tivemos o cuidado, Deputado Carlos Simões, de convidarmos lideranças de partidos que tenham naturalmente uma ligação com o PPS, é o caso do PSB, por exemplo, Partido Socialista Brasileiro que apesar de dar sustentação ao PT em Brasília, nós fizemos questão de convidar. Como convidamos o PDT, como convidamos o PSDB, lideranças de todos os partidos.

Tivemos a visita de um membro do PSB, o ex-Governador Jaime Lerner que foi visitar o nosso Presidente Nacional, Roberto Freire, no seu hotel. Foi lá numa atitude de respeito, porque havia sido convidado como dirigente partidário. E qual não foi a nossa surpresa ao vermos os jornais de ontem, o Sr. Governador do Estado, o Sr. Roberto Requião, criticando o PPS, como se nós lhe tivéssemos dado esse direito ou lhe tivéssemos que consultar sobre alguma coisa! Cuide ele desse seu Governo, faça bem feito, porque já começam a aparecer as mazelas. Cuide ele do seu povo, porque do nosso povo cuidamos nós. Vem ele tentar insinuar com o nome do Sr. Gionédís. E eu me pergunto a quem apoiou Gionédís na eleição para Prefeito senão o candidato do Sr. Governador? Vem ele querer falar em Copel! No PPS não tem nenhum Deputado que tenha votado a favor da venda da Copel! Não pode dizer o Governador a mesma coisa, nem do seu Partido, nem daqueles que o apóiam.

Vamos ter respeito, Sr. Governador, respeito é bom e todos nós gostamos. Estou um pouco cansado dessa mania que o Partido do Governo tem de se sentir superior aos outros Partidos, de se sentir no direito de querer dar lição de moral nos outros. De se sentir no direito de, quando projeto é bom, o projeto é deles, quando as coisas são ruins, a Assembléia que cuide do seu caso.

**O Sr. Ratinho Júnior (PPS) (Aparte)**

Deputado: primeiramente quero parabenizar o senhor que presidiu o 4º Congresso Estadual do PPS, onde foi novamente reeleito o nosso Presidente e toda a Diretoria, o Rubens Bueno. Parabenizar os militantes que estiveram lá presentes, que prestigiaram o evento, que participaram, discursaram. E lógico, agradecer também a

vinda do nosso Presidente Nacional que é Roberto Freire. Esse congresso foi muito importante para o PPS, porque ali se consolidou e acabou com todos os murmúrios, todas as boatarias que se dizia que o PPS não iria ter candidatura própria; que o PPS estava fazendo aquilo para valorizar, enfim, tudo aquilo que nós tínhamos ouvido em 2004, na nossa candidatura a Prefeito estava novamente conversando.

Mostrou mais uma vez que o PPS está preparado para assumir uma candidatura ao Governo e acima de tudo, está preparado para governar o Estado do Paraná. O que me impressiona, que sempre deixamos bem claro, que nós estamos aqui para conversar com todos os Partidos que acreditam e entendam que o PPS tem uma opção para governar o Estado do Paraná. O ex-Governador Jaime Lerner procurou nosso Presidente Rubens Bueno, conversou com Roberto Freire, uma conversa amigável, lógico, que muitos gostam do ex-Governador Jaime Lerner, outros não gostam. Cada um tem os seus motivos. Agora, nós nunca falamos que não queríamos conversar com ninguém. Essa questão de analisar se o Rubens Bueno conversou ou não com Jaime Lerner, apesar de ele ter tido o desgaste natural que ele teve durante os oito anos de Governo que qualquer governante tem, ele tem uma liderança muito forte no Estado do Paraná. É uma pessoa que tem uma influência política muito grande no Estado do Paraná e tem direito, está filiado a um Partido com sua filiação no Rio de Janeiro, mas está filiado no PSB, que é um dos Partidos que nós estamos tentando composição, que a conversa está bem avançada.

O que fico impressionado é que o Governador Requião, ele fala: “O Rubens Bueno está conversando com o Jaime Lerner”. Eu já vi o Governador Requião sentado ao lado de Jader Barbalho e conversando com o Quércia. Espera aí! Não quer dizer que o Governador pensa da mesma maneira que eles. Então, é uma coisa que não entendemos. Queremos deixar bem claro que o PPS terá uma candidatura própria ao Governo do Estado e nós estamos abertos para conversar com todos os partidos políticos e entendo que o PPS é uma boa opção.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

É importante o que V. Exa. disse, porque nós temos conversado efetivamente com todos os partidos. E da mesma forma como o Partido, interna e democraticamente nas últimas eleições para Governador, entendeu que naquele momento deveria, em cima de determinadas propostas, dar apoio ao governo e assim o fez, sem nunca pedir nada! Quero sempre deixar isto bem claro.

Da mesma forma, o que eu observo e o que vejo: o Governador está querendo escalar alguém “tchutchuca” para ser seu adversário. No PPS não tem “tchutchuca”, não. Lá, “escreveu não leu, o pau comeu”. Porque não vai ser da forma como o Governador está acostumado, a querer pautar os outros. Nós não seremos pautados. Nós vamos cobrar e exigir respeito. Respeito de quem foi

companheiro e de quem, em alguns momentos, tivemos opiniões comuns, como também contrárias. Agora, ninguém vai se intrometer! Cuide o senhor governador dos seus problemas, da sua casa, do seu PMDB, do seu Governo que não se resolve, dos seus Secretários que um fica acusando o outro, e depois deixe por nossa conta, que nós, do PPS, sabemos fazer uma proposta para o Estado do Paraná.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)**

Deputado Marcos Isfer.

Fico feliz em ouvir seu pronunciamento, nesta postura clara em defesa do seu Partido. E é exatamente isto: respeito é bom e todos nós queremos. Mas, quero lhe dizer neste meu aparte, que o pronunciamento, as palavras, entrevistas do Governador Roberto Requião, na minha opinião, estão caindo na vala comum, porque não merecem mais credibilidade. Ora, é só voltarmos retroagirmos no tempo, e vamos lembrar do “disque Quércia”, que o Requião agredia o ex-Governador de São Paulo, porque na concepção dele, o Quércia foi o maior ladrão deste país e está sentado com ele, discutindo hoje em igualdade de condições.

Para concluir, quero dizer também, V. Exa. falou da questão da Copel, que o Governador fala que venderam a Copel. É oportuno lembrarmos que a lei para a venda da Copel praticamente foi unanimidade e apresentada por um Deputado que hoje é da Bancada do Governo. Na revogação da Lei da Copel, a maioria dos Parlamentares que fazem parte da Bancada do Governo, hoje, estão do lado de lá e o Governador deveria respeitar, porque democracia se faz respeitando a opinião pessoal de cada Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Peço que V. Exa. conclua, porque está esgotado seu tempo.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)**

Deputado Marcos Isfer: muito obrigado pelo aparte. Apenas quero discordar de V. Exa. quando diz que o Partido do Governo, o PMDB, quer se impor. Isto não é verdade. Tenho tido aqui a humildade necessária para tentar buscar o entendimento com os demais partidos. E o nosso Partido, garanto-lhe, está sendo bem cuidado, tanto é que o nosso crescimento é muito bom. Acho que V. Exa. pertence a um Partido sério, enxuto, mas claro que tem mais problemas o nosso Partido, dadas as proporções. Mas, de qualquer maneira, acho que o respeito é importante. O nosso Partido tem um respeito com os demais partidos e entendimento com todos eles.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS ISFER (PPS)**

Para encerrar, Deputado Dobrandino, quando falo isso, naturalmente não falo de V. Exa. Falo de ações que vejo por conta do Chefe da Casa Civil, falo de ações que

vejo por conta de alguns Secretários, e falo por conta desta cooptação que faz o Partido dos senhores inchar. Incha mesmo, à custa de benesses, à custa de convênios, à custa de benefícios para uns em detrimento de outros.

Então, se esta é a forma de crescer, o Lula também fez crescer a sua base, lá no Congresso Nacional, com o “mensalão”. Conseguia aprovar tudo o que ele queria, em todos os momentos!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Barbosa Neto, no horário da Liderança do PDT.

***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo passado lançou o projeto das vilas rurais que foram implementadas em vários municípios paranaenses. Foram ao todo 403 unidades, beneficiando 23 mil famílias, 115 mil pessoas atendidas diretamente por esse projeto, com lotes de cinco mil metros quadrados, e casas com água, luz, casas essas com 44 metros quadrados, além de telefone público coletivo aos moradores. Foram investidos 235 milhões de dólares na construção dessas moradias, na adequação das estradas rurais e no treinamento técnico para executar o projeto, além de estudos específicos e outros investimentos.

O objetivo inicial do Governo passado era que os moradores que estivessem nas vilas rurais pudessem trabalhar nas grandes propriedades das imediações, e fazer o cultivo para a subsistência nos seus quintais, ou nesses terrenos das suas moradias específicas. Só que hoje, passados aí quase dez anos do lançamento desse projeto, - e eu tive oportunidade de participar do lançamento dele - se não me falha a memória em maio de 1995, no município de Apucarana, quando então estava lá presente o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse projeto praticamente abandonado pelo Governo do Estado. E não é o Deputado Barbosa Neto que está afirmando isso, eu não tenho um palmo de terra, não sou proprietário, filho de agricultores, mas conheço algumas dessas vilas rurais, e tenho conversado com os moradores dessas vilas rurais, que reclamam, como a Sra. Sandra Alessandra da Silva, moradora da vila rural no município de Londrina.

Os ônibus se negam a entrar nas vilas rurais em dias de chuva, as ambulâncias discriminam esses moradores. Anteriormente, dentro do bojo do projeto inicial, estava previsto o acompanhamento mensal, com assistente social, com engenheiro agrônomo. E isso infelizmente não vem acontecendo. A maioria desses trabalhadores quando consegue emprego está trabalhando nas cidades, quer dizer, inchando ainda mais as cidades, tendo que retornar para as vilas rurais, longe dos municípios. Eles deixam de cultivar dentro das suas áreas e passam a ser trabalhadores urbanos nos grandes centros,

indo na verdade contra a idéia inicial que era muito boa, criando inclusive uma demanda na questão de conservação de estradas, na coleta de lixo, do transporte coletivo, e principalmente na questão da segurança, que é outra reclamação. E aí vem, é claro, esgoto, lazer e alimentação para essas famílias, que muitas delas hoje são carentes.

Então, o que nós estamos fazendo na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é protocolando um requerimento para o Exmo. Vice-Governador do Estado, e Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná, Orlando Pessuti, para que tome providências em relação a esse estado de coisas, que inclusive a própria imprensa já vem noticiando. A Emater, que é a empresa de assistência técnica e extensão, fazia o acompanhamento através dos extensionistas, e versava no projeto original que esses trabalhadores das vilas rurais receberiam insumos, equipamentos e treinamentos para poder desenvolver essas atividades. Porque nada adianta despejar o morador na vila rural se não tiver um acompanhamento, um aporte de recursos e quem deve fazer é o próprio Governo do Estado.

Algumas vilas estão há oito meses sem receber a visita do extensionistas. E os poucos que tentam cultivar o arroz, milho, feijão, mandioca, nessa áreas rurais, estão sofrendo, porque são pequenas propriedades. Em torno estão os latifúndios que ali fazem o despejo de agrotóxicos e contaminam a pequena produção desses que estão na Vila Rural. Inviabilizando esse projeto.

E o apelo que estamos fazendo aqui ao Governador Roberto Requião para que assuma a paternidade das vilas rurais. Não podemos admitir, só porque era do Governo anterior, não presta.

O Governo tem responsabilidade também para com essas 23 mil famílias. São 115 mil beneficiários atendidos diretamente.

Ainda há tempo de corrigir essa distorção. E é o intuito do nosso requerimento que estamos trazendo na tarde de hoje. Porque me lembro muito bem que o Governo passado dizia que este seria um modelo de reforma agrária para o Brasil e até para o mundo. Seria a ocupação pacífica e racional do campo. Esse projeto foi decantado como a verdadeira panacéia para agricultura familiar. E o que estamos vendo hoje não é nada daquilo que foi decantado em prosa e verso pelo Governo passado.

O Governo atual não pode abandonar um projeto que vinha servindo aos interesses desses agricultores familiares.

Esse governo, não é possível, que seja um Governo iconoclasta. Um Governo que desconstrói tudo que foi feito no passado e que não tem assinatura dele. Essa desconstrução de imagem não tem mais espaço no mundo que estamos vivendo. Existe uma lei de responsabilidade fiscal, mas deveria sim ter uma lei de responsabilidade social e moral, porque eles também são filhos do nosso Estado e merecem o tratamento equânime. Não podem apenas ficar abandonados, aumentando a questão do

abismo social que impera no nosso país. Essa visão estreita não cabe mais na atual política que estamos vivendo. Destruir tudo aquilo que passou e que não foi construído pelo Governo atual é, na verdade, discriminação. E não podemos aceitar.

Queremos aqui deixar uma vez confirmado aquilo que estamos vendo pela imprensa; aquilo que estamos constatando quando visitamos, por exemplo, a Vila Rural do Distrito de Paiquerê, na cidade de Londrina. Ali vimos o abandono. Uma obra que já consumiu quase um bilhão de reais por parte do Governo do Estado, não pode ser abandonada e esquecida. Pelo contrário, ainda há oportunidade de o Governo fazer a correção de rumo, investir também nos membros da agricultura familiar, nos moradores das vilas rurais que merecem respeito. E quem sabe aí, o Governador demonstra sua visão de estadista para também respeitar aquilo que não foi autoria dele como projeto.

Esses filhos sem pai merecem a paternidade. E que não seja padrasto o Governo Roberto Requião contra esses pequenos, que são os mesmos pequenos agricultores que são defendidos pelo Governador Roberto Requião, os trabalhadores rurais sem-terra. Eles hoje têm as condições, só falta vontade política desse Governo de também aquinhoar, com pequenos recursos e projetos, os moradores das vilas rurais do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, estou em dúvida porque parece que está demarcado o campo aqui. Lá, aquele lado, é a esquerda, daqui é direita. Não sei se sou esquerda ou direita, então vou falar do lugar que sempre falei.

Meus caros Deputados. Talvez hoje seja um dia que será marcado nesta Casa pelos pronunciamentos.

Primeiro, não sei como se define, gostaria de consultar os cientistas políticos, em especial o meu colega Deputado, mas com divergências, Deputado Vanhoni, o que é esquerda? O que é direita?

Fiquei perguntando, porque uns falam daquela tribuna se dizendo de esquerda e eu nunca me considerei nem de esquerda nem de direita. Considerei-me sempre um Deputado que exerce a função que me foi incumbida com determinação. Fui Líder do Governo, fui Oposição do primeiro Governo do Requião, sou Oposição do Governo atual e nem por isso me considero esquerda ou me considero direita. Porque ser esquerda, parece-me, que o PT, através do pronunciamento do Deputado Vanhoni, quer colocar as vestes de esquerda. Não sei se cabe bem já esse “vestido” na esquerda do PT. Talvez o relógio na mão esquerda. Porque, Deputado Vanhoni, é difícil.



Vou lembrar algumas pessoas que hoje fazem parte do seu governo. Então, vamos parar com essa história de esquerda e direita porque não me agrada. O senhor nos olhou nos colocando na direita. Aqueles que votam com o Governo Requião, o senhor colocou na esquerda; aquele que votam contra o Governo Requião, na direita.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: Sarney é esquerda. Vestido colorido na esquerda está resolvido o problema; Renan Calheiros, Roberto Rodrigues, Furlan, Palocci - o homem do maior juro do mundo. Roberto Jefferson, aquele rapaz, Deputado Federal do Pará, Jader Barbalho. Até porque o Governo Federal queria colocá-lo agora como Líder do PMDB no Congresso Nacional. Era torcida do Presidente Lula.

Então, essa história, acho que a luta democrática no Brasil, tanto o PT como o PSDB, como o PMDB, como vários partidos políticos, várias pessoas mesmo estando em outros partidos políticos não têm mais essa história no Brasil de esquerda ou direita.

Lula participou da frente das diretas, participou. Como participou o Fernando Henrique. O Serra foi exilado e nem por isso ele é esquerda ou direita.

Parece-me que quem coloca as vestes de esquerda é honesto. Quem coloca as vestes de direita é desonesto.

Não quero nem ser da esquerda, nem ser da direita. Quero ser um Deputado atuante, dentro dos meus princípios. O povo vai me classificar, acredito que V. Exa. concorde comigo: um centro. Mas, esta tolerância que temos tido até agora da esquerda, da direita, que a esquerda, somente a esquerda veste o véu branco da inocência, não tem mais isso.

Os últimos acontecimentos no Brasil, com Delúbio, com Silvinho, com esses companheiros que passaram pelo Brasil. Acho que fica ruim essa classificação.

À questão do Governo do Estado, concordo com alguns Parlamentares quando o Governador Requião quer colocar que agora ele é mais de esquerda. Ao seu lado, Deputado Vanhoni - não consigo colocar na balança e aferir, ela não é exata e eu preciso de uma balança que pese uma coisa mais importante do que ouro, para encontrar o denominador comum. Pergunto se V. Exa. concorda e considera o Deputado Rafael Greca de esquerda? Ele está no PMDB. V. Exa. considera o Deputado Kielse de esquerda? V. Exa. considera o Secretário do Planejamento, o Stephanes, de esquerda? É uma pergunta que fica no ar. Acho que esse discurso de esquerda, de direita, fica muito vago e perdido.

O Deputado Marcos Isfer foi Diretor do Detran do Governo Jaime Lerner e nem por isso, porque ele sobe lá na esquerda, eu o considero de esquerda ou de direita. Fico feliz quando alguns começam a tecer algumas frases de elogio ao Governador Jaime Lerner. Deputado Dobrandino, eu sempre tive a mesma posição, fui um admirador do Governador Jaime Lerner. Acho que foi um grande Governador, teve erros no seu Governo, como há nesse atual Governo. Levantei uma questão que temos que voltar a debater, Deputado Vanhoni e faço essa pro-

vocação para que voltemos o foco às questões importantes, não de esquerda ou de direita.

Por exemplo, levantei a questão da termelétrica de Araucária, que temos que discutir. O Governo do Paraná poderá perder uma ação para El Paso, que poderá quebrar a Copel. A história da termelétrica de Araucária não é esta. Primeiro, ela foi concebida no momento de crise de energia elétrica. Segundo, quem deu as especificações do gás que chegaria a Araucária foi a Petrobras. Na hora da chegada do gás na termelétrica, chegou outro tipo de gás e tiveram que fazer uma adaptação que custou 35 milhões. Está lá a termelétrica pronta, mas não está funcionando. Será que se vier uma crise daqui a um, dois anos, de repente vão voltar a elogiar esta questão da termelétrica. Porque quem viveu os tempos da crise e da falta de energia elétrica, sabe que todo mundo saiu correndo atrás disso - todos os governos.

Uma outra questão: a energia elétrica comprada da Argentina. Deputado Vanhoni, é uma questão que temos que debater, sem esquerda e sem direita. O Governo do Estado conseguiu uma redução no contrato. Parabéns! Não estamos recebendo a mercadoria e estamos pagando. Precisamos ter uma explicação dessa questão. São questões preponderantes na nossa sociedade, que são muito mais importantes do que alguém ficar aqui se colocando porque é de esquerda é honesto, porque é de direita é desonesto, porque quem trabalhou com o Jaime Lerner é desonesto, porque quem trabalha com o Requião é desonesto. Não tem nada disso. Cada pessoa é uma pessoa. Cada pessoa responde pelas suas ações. Eu respondo pelas minhas ações.

Preocupam-me muito essas diferenças que temos, Deputado Vanhoni, que são salutares para o Parlamento. Deputado, não vamos cometer injustiça com algumas pessoas, que fizeram a história do Brasil, algumas já falecidas como o Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique, José Serra, Lula, José Dirceu, que está em desgraça.

Deputado Vanhoni, vou lhe dar um aparte agora, mas para fazer mais uma provocação para que V. Exa. possa inclusive inserir no seu aparte isto aqui. Vi V. Exa. fazer um apelo ao Líder do Governo, ao Líder do PMDB, Deputado Anibelli, pedindo pelo amor de Deus que não deixe o PT na porta da igreja, abandonado. Essa é a verdade! As nossas diferenças são com os outros, mas eles estão dizendo: não queremos mais vocês. E quando eles dizem vocês, não é V. Exa., porque V. Exa. tem de nós o mais profundo respeito e o PT desta Casa. Mas, não adianta. O Requião sempre fez política dessa forma. Quem elegeu o Requião Prefeito de Curitiba foi o José Richa, que foi para os pontos de táxi e derrotou o Jaime Lerner. Essa é a verdade. Quem foi a primeira pessoa que foi acusada na campanha eleitoral pelo então Governador?

Foi o Richa, com a sua aposentadoria. Agora, depois de morto, parece que o homem virou Deus, mas naquele tempo era satanizado. E aí vem uma longa história que eu podia continuar aqui, fazendo o pronuncia-

mento para não lhe dar o aparte, mas V. Exa. merece o aparte.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Agradeço, Deputado Valdir Rossoni, e é com muita satisfação que vejo suas ponderações.

Quando fiz referências ao termo “da esquerda” ao PMDB, é porque nos últimos cinquenta anos da história política do Brasil, dois projetos de alguma forma mobilizaram a opinião pública brasileira. Um projeto de defesa do patrimônio nacional, de defesa das empresas brasileiras, de defesa da agricultura do nosso país, de defesa do capital nacional, de desenvolvimento, de alargar o parque consumidor brasileiro para que o Brasil se constitua enquanto uma Nação. Isso há cinquenta anos, desde que terminou a II Guerra Mundial. Então, passou pelo período Juscelino Kubitschek, passou pelo período da Revolução, passou pelo Governo de Dutra e esse, de alguma forma, sobre outras matizes, está presente na atualidade hoje.

Então, essas duas visões diferentes: uma que acha que o Estado pode ser indutor, planejador e que quer fazer uma defesa da indústria brasileira, do comércio brasileiro, da agricultura brasileira, do fortalecimento do Brasil e da América Latina; esse tem uma centralidade. Uma outra visão é aquela que fica mais para o mercado, que as coisas, o progresso vai dando conta, o Estado não tem que interceder muito, o mercado vai tocando, é o desenvolvimento, que é uma posição liberal, tipicamente essa. Então, quando falo de “esquerda”, estou falando no âmbito geral. Eu não pessoalizei, eu disse que o PMDB aqui no Paraná, com a liderança do Requião, sempre teve uma história nesse âmbito geral democrática, do lado da defesa do capital nacional, do lado dos pequenos agricultores. O Zucchi foi do PMDB e sabe disso, a história do PMDB é essa, o senhor também vem de uma região de pequenos agricultores, que é organizar os trabalhadores sindicais lá na pequena propriedade para ajudar no desenvolvimento da pequena propriedade rural. Então, o PT nem tinha existência ainda.

O PMDB e o PT têm uma tradição conjunta de alguns valores.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Mas eu não discordo disso.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

E veja, sou daqueles que nunca o senhor me viu fazendo uma caracterização entre honestidade e desonestidade para caracterizar qualquer Partido e nunca fiz isso aqui na Assembléia e se o fiz de alguma forma, peço desculpas a V. Exa., porque não me lembro de ter feito isso. Agora, quando o senhor diz que o José Serra é de esquerda, eu acho que dentro do PSDB e na política brasileira acho que é mesmo. O Serra concorda em muitas coisas com o que o PT faz. Há uma semelhança na visão de Governo do Serra, na visão de economia. Acho que o

Brasil, há dois anos, quando discutiu duas propostas entre a do Serra e a do Lula, foi mais em função da circunstância da história do PT e da história recente do Fernando Henrique Cardoso, porque a história passada dos dois é muito próxima uma coisa da outra, com algumas diferenças.

Então, terminando o aparte, queria dizer a V. Exa. que concordo com V. Exa. quando faz essa diferenciação entre as pessoas. Tem pessoas que têm um comportamento em relação a um aspecto da vida que é mais progressista e em outro é menos progressista: com relação a costumes, a hábitos, à educação e à cultura eu posso ser progressista e em relação à economia, posso ser conservador. Então, o senhor tem toda a razão nesse sentido, mas que há duas matrizes e uma que eu acho que é de centro, que poderíamos classificar na política brasileira, acho que há.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Obrigado, Deputado Vanhoni!

Gostaria que o Deputado Pedro Ivo fosse rápido também, porque estou encerrando o meu tempo.

**O Sr. Pedro Ivo Ilkiv (PT)**

Bem rapidamente, uma interferência pacífica, Deputado Rossoni.

Só para contribuir na questão de esquerda e de “direita”. Um filósofo italiano e Senador, um grande escritor, Norberto Bobbio, lançou um debate que ainda é muito recente na Europa, onde ele define o principal ponto de bifurcação entre a direita e a esquerda.

Diz Norberto Bobbio que a direita parte do princípio que os homens são mais desiguais do que iguais e que a desigualdade é essencial e inevitável, não tem como resolver a questão da desigualdade. E a esquerda parte de um princípio que os homens são mais iguais do que desiguais e que a desigualdade tem uma origem histórica e que cabe a nós remover obstáculos que tornam os homens desiguais.

Então, nas ações políticas ou na vida pessoal você pode ser de esquerda ou de direita. Se eu qualifico um alcoólatra como um marginal, estou tendo uma posição de direita. Mas, se eu qualifico como uma doença dependente de uma droga química, estou tendo uma visão de esquerda. A questão do Estado Mínimo, a questão de apoiar aqueles que realmente merecem, muitas idéias de direita diziam: tem que apoiar quem realmente merece ser apoiado. A pobreza era considerada como marginalidade. São posições de direita e de esquerda.

É a “política da bagunçada”, Deputado Rossoni. Temos gente no partido de direita, mas que tem posições de esquerda. E não é porque está na esquerda que tem asinhas, como falou o Deputado Greca, e que é santinho.

Então, só como forma de contribuir com V. Exa.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço pelo aparte!

Acredito que esse assunto merecia um Grande Expediente para debatermos. Os assuntos que estamos levantando quanto à questão da Copel, que disse muito bem o Deputado Traiano, que foi autoria de um Deputado que hoje está no Governo a autoria da venda da Copel. Aí, houve aqui aquela votação para anular a lei, houve um posicionamento. Agora, na vida eu sou favorável ao seguinte: prefiro ter alguns órgãos federais privatizados do que ter lá uma quadrilha cuidando. Penso assim e ontem o Vice-Presidente da República foi claro. Falaram para ele dos lucros: se nós compararmos os lucros dos bancos no Governo FHC e do Lula, em oito anos de FHC, o Lula em três anos deu mais lucro aos bancos. Então, isso é ser esquerda ou direita?

Então, vamos pôr agora o Lula na direita.

Acho o seguinte: é competência. Na próxima eleição será o julgamento. Vamos parar aqui de agressões pessoais e vamos partir para o debate de assuntos, primeiro, de interesse do Estado. O que querem os próximos Governadores do Estado? O que irão fazer com a termelétrica de Araucária? O que vamos fazer com o pedágio?

Essas questões, o que não podemos, na verdade, é cometer o equívoco que o PT cometeu: criou milhares de cargos, colocou todos os seus apadrinhados nos cargos e agora o Governo está nessa bagunça que está aí, que não sabemos o que vai acontecer.

Para concluir, Sr. Presidente, chegamos ao ponto no Brasil de ficar de joelhos, pedindo para que o Palocci fique, porque é o único que ainda pode curar essa confusão que se tornou Governo Federal. Então, esse é um debate rico e que poderemos prosseguir em outra oportunidade.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A Assembléia acaba de receber uma Mensagem do Governador, sobre IPVA.

Vamos solicitar ao 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, a leitura do ofício do Exmo. Sr. Governador.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)**

**(Lê Mensagem nº 065/2005/IPVA)**

Era o que tínhamos, Sr. Presidente Hermas Brandão.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero também, antes de entrarmos na Hora do Expediente, passar ao ilustre Deputado Valdir Rossoni a resposta da Questão de Ordem por ele levantada sobre o horário do Grande Expediente.

Solicito à nossa assessoria que encaminhe ao Deputado Valdir Rossoni.

Quero esclarecer que a pauta do Grande Expediente está liberada e as inscrições poderão ser feitas só no dia anterior à Sessão. Para amanhã já está inscrito o Deputado Tadeu Veneri. Nos demais dias estão liberados

porque esta Presidência decidiu só aceitar inscrição para a Sessão posterior.

Tem uma Questão de Ordem também levantada pelo Deputado Neivo Beraldin, que estamos encaminhando à Procuradoria Geral da Casa.

### ***Ordem do Dia:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 065/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que altera dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores IPVA (Lei nº 14.260/2003) e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente a 2006. **À Diretoria legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 367/2005-GAB, subscrito pelo Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que realizará viagem no período de 23 a 30 do corrente mês, para participar do evento “Reunión Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal” e “Asociación Rural del Paraguay” para tratar de “Ações conjuntas entre Paraná/Brasil/Paraguay no combate à febre aftosa”. E em projetos de Desenvolvimento Rural - em especial o Projeto do Território do Cantuquiriguaçu, a serem realizadas em Santiago-Chile. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem: A Constituição Estadual prevê em seu artigo 75, I, que compete a esta Casa o controle externo do Poder Executivo através da análise das Contas Públicas, com auxílio do Tribunal de Contas, o qual deve elaborar parecer prévio em até 60 dias a contar do recebimento das referidas prestações de contas, para posterior julgamento pela Assembléia Legislativa, já que este Parlamentar apresentou um requerimento solicitando Prestações das Contas Públicas relativas ao exercício de 2003, entretanto até a presente data sem qualquer resposta. **Recebido. À Procuradoria geral da ALEP para parecer. À Comissão Executiva.**

Parecer nº 228/2005-PG subscrito pelo Sr. Ayrton Costa Loyola/Procurador-Geral desta Casa, constante do expediente, encaminhando resposta à Questão de Ordem a controvérsia apresentada pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, sobre o tempo de uso da palavra pelos Parlamentares no Grande Expediente e o modo

de se proceder a inscrição para esse fim, à luz do regimento interno desta Casa. **Encaminhar ao Deputado Valdir Rossoni.**

Projeto de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3718, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando autorização para se deslocar a Foz do Iguaçu para participar da 7ª Conferência Estadual de Saúde no dia 1º de dezembro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3734, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente, comunicando a participação como Delegada e representante desta Casa na 2ª Conferência Estadual das Cidades, que será realizada nos dias 29 do corrente a 03 de dezembro, em Brasília-Distrito Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3735, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente, comunicando a participação como Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente desta Casa e Presidente do Conselho Estadual da Mulher do Paraná, 7ª Conferência Estadual da Saúde do Paraná que realizar-se-á dia 01 de dezembro em Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3658, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente, solicitando designação desta Casa para participar em Brasília no dia 29 do corrente mês, da audiência pública sobre Educação Infantil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **3ª Discussão**

### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, estabelecendo normas de controle ambiental e regulamenta a operação de postos de combustíveis, em área urbana, do território paranaense. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CAICTM. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Nós vamos apreciar nesta Sessão, Substitutivo Geral da CCJ, do Projeto que foi aprovado em 2ª discussão.

Srs. Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Está em votação a subemenda modificativa à emenda da CCJ.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Subemenda nº 02 da Comissão de Constituição e Justiça.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Em votação o projeto. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

## **2ª Discussão**

### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/2005, de autoria dos Deputados Augustinho Zuchi e Antonio Anibelli, dispondo sobre a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por shopping centers e hipermercados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E CAICTM. Em anexo o Projeto de Lei nº 123/2005.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3732, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 021/2005.

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, alterando o artigo 8º e revogando a tabela VII, da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, que dispõe sobre o Regimento dos Atos Judiciais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3732, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 041/2005.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

#### PARECER DA CCJ ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 398/2005

##### EMENTA:

Proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis. Emendas Substitutiva, Aditiva e Corretiva. Conformidade com o Regimento Interno. Conformidade com a Lei Complementar nº 95/98. Aprovação.

##### Preâmbulo:

O Projeto de Lei nº 398/2005, descrito brevemente pela súmula supra escrita, já havia passado, no ano de 2005, pela Comissão de Constituição e Justiça, que lhe concedeu parecer favorável. Porém, tal projeto recebeu 03 (três) emendas de plenário, na Assembleia Legislativa, quando em votação.

##### Fundamentação:

Trata-se de emenda aditiva, corretiva e substitutiva que visam alterar o presente projeto de lei.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, assim estabelece:

*Art. 137 ...*

*§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.*

*§ 3º - Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.*

*§ 7º - As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:*

*III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redução.*

##### Emenda nº 01 - Aditiva

A proposição de emenda aditiva tem por objeto complementar o inciso III, do artigo 6º do projeto de lei em questão, incluindo expressamente a atribuição à Secretaria da Fazenda. Portanto, trata-se de adição de suplemento a artigo do projeto de lei.

Assim sendo, verificamos que a proposição intentada atende aos requisitos legais e constitucionais devendo prosseguir, regularmente, a sua tramitação.

##### Emenda nº 02 - Corretiva

Por sua vez, a emenda corretiva pretende fazer uma mera correção gramatical para que o texto do projeto não dê lastro para interpretações ambíguas ou equivocadas.

Consoante isso, demonstra-se que a proposição pretendida atende aos anseios legais e constitucionais pertinentes. Assim sendo, não há impedimentos para que esta Comissão aprove tal medida.

Nesse contexto, configura-se que tais proposições encontram-se em conformidade, tanto com o Regimento Interno desta Casa Legislativa, quanto com a Lei Complementar nº 95/98, que dispõem sobre a técnica legislativa.

##### Emenda nº 03 - Substitutiva

A emenda substitutiva apresentada ao referido projeto de lei intenta dar a correta denominação do Procon/PR, visto que foi denominado no projeto de lei, de forma equivocada. Desta forma, no projeto, substitui-se a expressão “**Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon**” pela correta nomenclatura “**Coordenação Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon/PR**”.

Assim verifica-se que a presente proposição é pertinente aos requisitos legais, não havendo óbices à sua regular tramitação.

##### Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que as emendas foram propostas em total acordo com o Regimento Interno desta Assembleia.

Quanto à técnica legislativa, demonstrou-se que as emendas em análise atenderam aos requisitos necessários, pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, o parecer é pela **aprovação** das emendas ao Projeto de Lei nº 398/2005.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

##### Apoiamento:

Duílio Genari, Barbosa Neto, Reni Pereira, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins e 01 ilegível.

Em Votação Emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em Votação Emenda nº 01 de Plenário. **Aprovada.**

Em Votação Emenda nº 02 de Plenário. **Aprovada.**

Em Votação Emenda nº 03 de Plenário. **Aprovada.**

Em Votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados. Mês de outubro de 2005, Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, instituindo a comemoração do Dia do Seisho No Ie no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 22 de novembro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 107/2005, de 04/10/2005 em Projetos de Lei, pág. 10).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 611/2005

P A R E C E R :

#### Relatório

Projeto de lei, de iniciativa do ilustre Deputado Luiz Nishimori, que pretende instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia do Seisho No Ie, a ser comemorado anualmente no dia 22 de novembro.

A proposição é justificada por seu autor pelo fato de ser grande a comunidade do Movimento Internacional de Paz pela Fé, a qual visa resolver os conflitos raciais e religiosos que a humanidade enfrenta nos dias de hoje, a fim de concretizar um mundo pacífico.

A instituição de um dia especial, chamado Dia do Seisho No Ie, através de lei estadual, atenderá a todos que se engajam nesta série de atividades organizadas que transcendem diferenças de religião e etnias.

#### Voto do Relator e Fundamentação

A proposição em questão está devidamente amparada constitucional e legalmente, posto que é de competência estadual legislar sobre a instituição de dias comemorativos a nível estadual e a iniciativa cabe aos Parlamentares, uma vez que não impõe despesa ao Executivo.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 215, parágrafo 2º, que a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes étnicos nacionais”.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

#### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 611/2005, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Lobato. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17/10/2005 em Mensagens, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 631/2005

P A R E C E R :

#### Preâmbulo:

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel ao município de Lobato

#### Fundamentação:

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Lobato.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desta forma, nosso parecer é pela **aprovação** do presente projeto de lei, em virtude de sua legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
AO PROJETO DE LEI Nº 631/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 631/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2005, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel ao município de Lobato.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em vista de o mesmo estar em pleno acordo com a disposição constitucional.

A proposição é meritória, pois através do projeto em análise o cessionário irá utilizar o objetivado imóvel, exclusivamente no desenvolvimento de atividades públicas da municipalidade.

Portanto, somos pelo parecer favorável à presente proposição.

Sala das Comissões, em 28.11.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS

Presidente e Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, autorizando o Poder Executivo a reverter a doação dos imóveis que especifica, devolvendo-os ao município de Corumbataí do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2005, de 25.10.2005, em Projetos de Lei, pág. 09).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 660/2005

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a proceder à reversão dos imóveis que especifica, ao município de Corumbataí do Sul. Esses imóveis haviam sido doados pelo Município ao Estado, a fim de que ali se construísse o prédio do Destacamento da Política Militar do município de Corumbataí do Sul. Como os imóveis deixaram de ser usados para esse fim, pretende-se, através do projeto em análise, que eles retornem ao município para que recebam melhor uso.

##### Legitimidade

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação e alteração e a consolidação das leis.

##### Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que reverte a propriedade de imóvel do Estado ao seu proprietário anterior, uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Corumbataí do Sul.

##### Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 660/2005 encontra correta aplicação da técnica legislativa, quanto à legalidade e constitucionalidade e portanto, não há impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, autorizando o Poder executivo a proceder a reversão à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, do imóvel conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2005, de 26.10.2005, em Projetos de Lei, pág. 06).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 664/2005

#### P A R E C E R :

##### Do Projeto

De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, o Projeto de Lei nº 664/2005 objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel que especifica, ao município de Foz do Iguaçu. O imóvel já é de propriedade do Município, matrícula 14.672, do Registro de Imóveis, 2ª Circunscrição, Foz do Iguaçu, situa-se entre os km-07 e 08 da BR-277, na localidade "Arroio do Leão" ou "Portal da Foz". Em sua justificativa, o autor assim se refere:

*Ao retornar o imóvel ao patrimônio de Foz do Iguaçu, este será destinado a ações dirigidas ao desenvolvimento sócio-econômico da cidade...*

##### Da Legalidade e Constitucionalidade

Na estrita competência desta Comissão, tem-se que a iniciativa legislativa se adequa ao modelo disposto no artigo 65 da Carta Estadual:

*A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A reversão, forma de doação, encontra fundamento no artigo 10 da Constituição estadual:

*Os bens imóveis do Estado não podem ser objetivo de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucra-*

*tivos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

**Do voto**

Do exposto conclui-se que o Projeto de Lei nº 664/2005, encontra-se em condições para tramitação regular. Voto favorável nos termos do parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

**Discussão Única (Proposições)**

**ITEM 10**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 085/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, dispondo sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 148/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 194/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 183/2005, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo, portanto, inconstitucional por ferir o artigo 163 da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 183/2005 encontra-se publicado no DA nº 073/2005, em Redação Final, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 85/2005

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, vetado pelo Governador do Estado, dispõe sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federal e Esta-

dual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário Carlos Simões, quer proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Solicito à Base de Apoio ao Governo que vote pela manutenção do veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Carlos Simões)**

Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Votaram trinta e seis Srs. Deputados.

Convido os Deputados Tadeu Veneri e Elio Rusch para verificação dos votos.

Na Sessão de quarta-feira, vamos colocar em pauta, o aumento da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Judiciário e do Ministério Público.

Conferência dos votos: 25 votos SIM.

Onze votos: NÃO.

**Está mantido o veto.**

**ITEM 11**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 100/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, instituindo o Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 173/2005

Curitiba, 05 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 245/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 250/2004, porque a medida, tal como está posta, dependendo de contribuições financeiras da iniciativa privada, dificilmente teria condições para boa e tranqüila exequibilidade, sendo, portanto, considerado contrário ao interesse público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.



Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 250/2004 encontra-se publicado no DA nº 090/2005, de 31.08.2005, pág. 25).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 100/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, vetado pelo Governador do Estado, institui o Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...)* (grifo nosso)

A Comissão de Constituição e Justiça, em sede de parecer, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre a a referida proposição, Requerimento nº 3754, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões da Proposição nº 100/2005, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 250/2004.

**ITEM 12**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 101/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2005, fixando o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 Policiais-Militares e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 174/2005

Curitiba, 07 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 284/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87,

inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 477/2005, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais militares, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo.

O dispositivo vetado é indiscutivelmente inconstitucional, eis que, sendo decorrente de emenda dessa augusta Casa e ensejando aumento da despesa pública, afronta o preceito contido no artigo 68, inciso I, da Carta Estadual, segundo o qual não é permitida apresentação de emendas de tal natureza.

Por outro lado, é oportuno ressaltar que a medida, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo, no uso da competência privativa que lhe é assegurada pelo artigo 66, inciso III, da referida Carta Constitucional.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 477/2005 encontra-se publicado no DA nº 103/2005, de 27.09.2005, em Redação Final, pág. 30).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 477/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais militares.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...)* (grifo nosso)

A Comissão de Constituição e Justiça, em sede de parecer, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 08.10.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3763, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, da Proposição nº 101/2005, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 477/2005.

### ITEM 13

**DSICUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 103/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 185/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, dispondo sobre a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores, previamente qualificados, portadores de necessidades, causadas por acidente de trânsito, na forma que especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 187/2005

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 255/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 185/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores, previamente qualificados, portadores de necessidades especiais causadas por acidente de trânsito, na proporção de no mínimo 40% (quarenta por cento) do total de instrutores, nos cursos de reciclagem para os infratores das normas de trânsito, instituídos pelo artigo 268 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB."

O não acolhimento ao projeto de lei sob análise, decorre de manifestações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Detran, considerando a medida, nos moldes em que vem posta, contrário ao interesse público e, também, inexecutável.

A adiante transcrita informação nº 292/2005, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, apresenta maior detalhamento quanto aos motivos pelos quais a medida não mereceu acolhimento:

"Trata-se do Projeto de Lei nº 185/2005, determinando que seja obrigatória a utilização de instrutores portadores de necessidades especiais causadas por acidente de trânsito, na proporção de no mínimo 40% do total de instrutores, nos cursos de reciclagem para infratores de trânsito, instituídos pelo artigo 268 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

A matéria em questão é justificada com a alegação de que a presente proposição é inspirada em modelos

adotados na Europa e América do Norte, com resultados positivos, bem como, provocará um sensível aumento na oferta de emprego para portadores dessa deficiência.

Encaminhado ao Departamento de Trânsito - Detran, para análise e manifestação, fomos informados que a lei tem por inspiração um modelo estrangeiro desconhecido, nada se sabendo sobre a sua eficácia, custos, estatísticas ou circunstâncias.

Através do Parecer nº 110/2005 - COOJU, esclarece aquela autarquia que o CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e a Resolução nº 168/2005 do Contran, abriram a possibilidade de estes cursos serem ministrados por entidades privadas. Centros de Formação de Condutores (micro-empresas ou empresas de pequeno porte), que provavelmente se utiliza de um único instrutor contratado, não havendo, portanto, possibilidade de aplicar a proporção de 40% imposta pela lei.

Apresenta ainda o referido parecer outros argumentos que deixaremos de citar para não nos tornarmos repetitivos, onde finalmente assim conclui: "desta forma, parece mais razoável, proporcional, tangível e aplicável que a quantidade de vagas disponibilizada para os portadores de necessidades especiais seja fixada em coeficiente intermediário das leis vigentes nacionais."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 185/2005 encontra-se publicado no DA nº 026/2005, de 13/04/2005, em Projetos de Lei, pág. 23).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 103/2005

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 185/2005, vetado pelo Governador do Estado, tem por objeto a obrigatoriedade da utilização da mão-de-obra de instrutores, previamente qualificados, portadores de necessidades causadas por acidentes de trânsito, na forma que especifica.

### Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos).*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3716, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 103/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 185/2005.

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3705, 3756 e 3760, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3706, 3707, 3708 e 3712, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3709 e 3710, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3713, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 3764, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Não recebido.**

Requerimentos nºs 3714, 3715 e 3720, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3717, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3722, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, com apoio dos Deputados Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto e Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3724 a 3726 e 3755, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3730, 3731, 3733 e 3737, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3736, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3738, 3739 e 3753, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3741 a 3747, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3748, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3749 e 3750, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3757, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3759, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 135, 303, 3778, 494, 624 e 669/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 611, 631, 660 e 664/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 195, 528, 593, 629 e 630/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 018, 021, 050 e 074/2005.

Levanta-se a Sessão.

## **Publicações:**

### **Diretoria Geral**

#### **Portarias**

PORTARIA Nº 92/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8447, datado de 26 de outubro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, JUSSARA FREITAS TRAN-

COSO, matrícula nº 40578, de trinta (30) dias, a partir de 23 de outubro de 2005, término 22 de novembro de 2005. CID.10s52.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.11.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 96/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8395, datado de 26 de outubro de 2005, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, SEBASTIÃO GONÇALVES DE DEUS, matrícula nº 40645, de noventa (90) dias, a partir de 24 de outubro de 2005. CID. (I.10+I20).

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.11.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 97/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9087, datado de 17 de novembro de 2005, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, NOEL CÂNDIDO DE MORAES JÚNIOR, matrícula nº 40970, de noventa (90) dias, a partir de 14 de novembro de 2005. CID. F20.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.11.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 98/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9088, datado de 17 de novembro de 2005, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARINEIDE LUZIA GOLOS, matrícula nº 40205, de cento e vinte (120) dias, a partir de 26 de outubro de 2005, término 22 de novembro de 2005. CID. 10F.33.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.11.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 99/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9089, datado de 17 de novembro de 2005, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JOSÉ COSTA, matrícula nº 40157, de vinte (20) dias, a partir de 07 de novembro de 2005. CID.10 K81.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.11.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 100/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9394, datado de 25 de novembro de 2005, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA DOLORES CORREIA, matrícula nº 40350, de noventa (90) dias, a partir de 22 de novembro de 2005. CID. M75.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.11.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

### *Atas de Comissão*

#### *Tomada de Contas*

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quinta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 71/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Ademar Traiano, relator da Proposição nº 71/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referente aos meses de junho e julho de 2005. Considerando as análises expendidas, concluiu o Relator que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor, concluindo pelo parecer favorável,

no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, em, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua sexta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 72/2005 e Proposição nº 90/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, relator da Proposição nº 90/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referente ao mês de agosto de 2005. Após análise da matéria, concluiu o relator que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo parecer favorável, no que foi acompanhado por todos. A seguir, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, relator da Proposição nº 72/2005, que trata da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2004. Em exame detalhado, entendeu o relator que a documentação apresentada está correta, atendendo ao artigo 133 da Constituição Estadual e à Lei nº 14.276 de 29 de dezembro de 2003, decidindo pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Os Srs. Deputados presentes aprovaram o relatório apresentado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos

legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

### *Errata:*

**Ato da Comissão Executiva nº 475/2005 republicado por conter erros. (Publicação no DA nºs 124/125/126, de 09.11.2005)**

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 475/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6098/2005, de 10 de agosto de 2005, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder aposentadoria por invalidez a OSVALDO DO CARMO, matrícula nº 40219, portador do RG nº 5.926.525-3 e do CIC nº 356.429.719-72, funcionário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Segurança, nível NBA-07, admitido em 16 de maio de 1983, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Federal, com a mesma disposição no artigo 35, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Estadual, e conforme o artigo 224 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, conforme as Resoluções 007/2004 e 009/2005, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 13, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

